

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

2º trimestre de 2025

Coordenação-Geral de Contabilidade

Serviço de Relatórios Contábeis

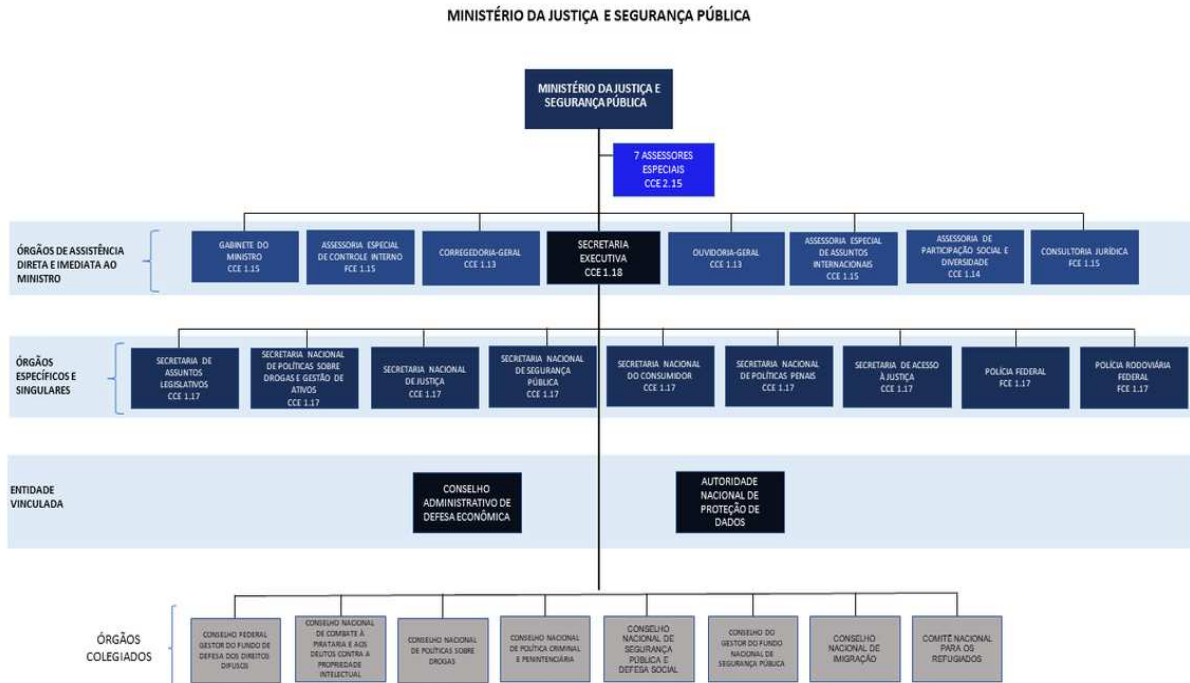
31 de julho de 2025

SUMÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
GESTÃO CONTÁBIL	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
Balço Patrimonial.....	9
Demonstrações das Variações Patrimoniais	11
Balço Orçamentário.....	13
Balço Financeiro	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
NOTAS EXPLICATIVAS	19
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	19
Nota 02 – Créditos a Curto Prazo – BP	21
Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP.....	23
Nota 04 – Ativo Imobilizado – BP	27
Nota 05 – Ativo Intangível – BP	33
Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP	34
..... Erro! Indicador não definido.	
Nota 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo – BP	35
Nota 08 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP	37
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	38
Nota 10 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP	43
Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP.....	47
Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	49
Nota 13 – Receitas – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO.....	49
Nota 14 – Resultado Orçamentário – BO.....	50
Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO	51
Nota 16 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados – Anexo 1 – BO	52
Nota 17 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Anexo 2 – BO	54
Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF	57
Nota 19 – Segurança Pública – DFC	58
Nota 20 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – DFC	60
Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	62

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo [Decreto nº 11.348](#), de 1º de janeiro de 2023.



Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organogramas/>

O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas (Funad): Instituído pela [Lei nº 7.560/1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad);
- Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP): Instituído pela [Lei nº 10.201/2001](#), revogada pela [Lei nº 13.756/2018](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp);
- Fundo Penitenciário Nacional (Funpen): Instituído pela [Lei Complementar nº 79/1994](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen); e
- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD): Instituído pela [Lei nº 7.347/1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

A Secretaria Executiva (SE), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, é regulamentada pela [Portaria MJSP nº 260, de 30 de dezembro de 2022](#). Dentre suas atribuições, destaca-se a supervisão e a coordenação das atividades relativas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e modernização administrativa, contabilidade, administração financeira, informação de custos, gestão de recursos de informação e informática, recursos humanos, serviços gerais, além da transparência e do acesso à informação, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

No que tange às demonstrações contábeis apresentadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade (CGCONTAB), subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) da SE, tem, entre suas competências, a responsabilidade de coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério. Esse trabalho é conduzido por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábil (Diac) e do Serviço de Relatórios Contábeis (SRC).

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCONs) do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Foram observadas, ademais, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 11ª edição e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 (MJSP).

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Notas Explicativas (NEs).

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe

todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, são constituídos ajustes para perdas dos créditos apenas na unidade mais relevante, o Cade (Nota 02). Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com:

- (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores;
- (ii) créditos por dano ao patrimônio;
- (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e
- (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada.

Estoques

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma:

- (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e
- (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com:

- (i) dívida ativa não tributária;
- (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e
- (iii) crédito por dano ao patrimônio.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas na unidade mais relevante, o Cade (Nota 03), representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais devem ser:

I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II. Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Com relação aos prazos de validade dos registros de avaliação dos bens imóveis registrados no Spiunet, adota-se o interstício de 5 anos a partir da data de avaliação do imóvel, para que seja efetuada nova reavaliação, conforme disposto na Instrução Normativa SPU/ME nº 67, de 20 de setembro de 2022 e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 04 de julho de 2023.

Intangível

São traduzidos por bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP, os bens intangíveis são representados pelos softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- (ii) empréstimos e financiamentos;
- (iii) fornecedores e contas a pagar;
- (iv) obrigações fiscais;
- (v) transferências fiscais;
- (vi) provisões; e
- (vii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade (CGCONTAB), que integra o Sistema de Contabilidade Federal (SCF) como Unidade Setorial de Contabilidade, atua alinhada ao órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, a STN do Ministério da Fazenda (MF), prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Para garantir um aprimoramento contínuo na apresentação das DCONs, adotou-se uma abordagem de melhoria constante nas seguintes características das informações: representação fidedigna, conteúdo relevante, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

É importante esclarecer que a composição do órgão MJSP no SIAFI não reflete, necessariamente, a estrutura organizacional estabelecida pelo Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 11.759, de 30 de outubro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental do MJSP.

Sua organização é delineada com base na estruturação de unidades administrativas dotadas de autonomia para a gestão de seus respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, com o propósito de otimizar a execução das atividades de suporte, manutenção e implementação das políticas públicas voltadas à sociedade. Cada órgão é identificado por um código específico no SIAFI, conforme indicado no quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão Superior MJSP 30000	30000	Secretaria Executiva (SE) Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) ⁽¹⁾ Secretaria Nacional de Justiça (Senajus) Secretaria de Acesso a Justiça (Saju)	MJSP
	30108	Polícia Federal (PF) ^{(1) (3)}	
	30802	Polícia Rodoviária Federal (PRF)	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) - Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) ⁽⁴⁾	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) - Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) ⁽⁵⁾	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) - Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) ^{(1) (6)}	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas (Funad) - Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) ⁽⁷⁾	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ^{(1) (2)}	
	30212	Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ⁽²⁾	

⁽¹⁾ Unidades organizacionais vinculadas ao MJSP que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável.

⁽²⁾ Autarquia sob Regime Especial – entidade da administração pública federal indireta.

⁽³⁾ A PF possui sob sua gestão o Funapol.

⁽⁴⁾ O FDD tem seus recursos geridos pela Senacon.

⁽⁵⁾ O FNSP é gerido pela Senasp.

⁽⁶⁾ O FUNPEN é gerido pela Senappen.

⁽⁷⁾ O FUNAD é gerido pela Senad.

No desempenho de suas funções como órgão setorial contábil, a CGCONTAB prestou atendimento e suporte técnico a 107 Unidades Gestoras Executoras (UGs) de despesa pública, distribuídas da seguinte forma: 8 pertencentes ao núcleo central do MJSP, 35 à Polícia Rodoviária Federal, 35 à Polícia Federal, 2 à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, 15 à Secretaria Nacional de Políticas Penais, 6 à Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2 à Secretaria Nacional do Consumidor, 1 à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, e 1 ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A conformidade das Demonstrações Contábeis (DCONS) do MJSP com as normas vigentes é assegurada pelos procedimentos de Conformidade Contábil, os quais consistem na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Esse processo segue as diretrizes estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 11ª edição, pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), pela Conformidade de Registro de Gestão e pelo Manual Siafi.

Por meio da Conformidade Contábil, o Ministério elabora relatórios mensais de conformidade, com o propósito de mitigar riscos e fortalecer o controle e a supervisão das informações contábeis de suas unidades gestoras. Esses relatórios registram as inconsistências e erros identificados nas informações contábeis das unidades, além de detalhar os grupos de contas analisados, indicando sua adequação à legislação vigente e evidenciando eventuais erros, distorções e alertas.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com fundamento no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, de forma trimestral, as Notas Explicativas (NEs) às Demonstrações Contábeis (DCONs) do MJSP. As NEs integram as DCONs, sendo inseridas no SiafiWeb, e complementam as Demonstrações do Órgão ao abordar aspectos relativos à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais. Isso inclui informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados, despesas com pessoal, entre outros.

As informações geradas a partir dessas notas subsidiarão a consolidação do Balanço Geral da União (BGU) pela Secretária do Tesouro Nacional (STN), caracterizando-se como instrumentos essenciais tanto para a tomada de decisões pelos gestores quanto para a efetiva operacionalização do controle social.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

R\$ milhares			
ATIVO	NE	30/06/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE		14.800.702	11.440.562
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	10.963.895	8.019.570
Créditos a Curto Prazo	02	3.660.175	3.276.294
Demais Créditos e Valores		3.660.175	3.276.294
Demais Créditos e Valores		5.824.278	5.440.397
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo		(2.164.103)	(2.164.103)
Estoques		176.134	144.373
VPDs Pagas Antecipadamente		498	325
ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.071.571	12.985.657
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.715.950	3.735.437
Créditos a Longo Prazo	03	3.715.950	3.735.437
Dívida Ativa Não Tributária		2.300.189	2.297.590
Dívida Ativa Não Tributária		4.459.468	4.456.869
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		2.159.279	(2.159.279)
Demais Créditos e Valores		1.415.761	1.437.847
Demais Créditos e Valores		1.415.761	1.437.847
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos e Longo Prazo		-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-	-
Investimentos		21	21
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		3	3
Demais Investimentos Permanentes		3	3
Imobilizado	04	9.000.175	8.892.520
Bens Móveis		4.155.283	4.224.832
Bens Móveis		5.854.427	5.781.997
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.699.144)	(1.557.165)
Bens Imóveis		4.844.892	4.667.687
Bens Imóveis		4.854.109	4.677.379
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(9.217)	(9.692)
Intangível	05	355.425	357.679
Softwares		355.425	357.679
Softwares		366.834	395.428
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(11.409)	(37.749)
TOTAL DO ATIVO		27.872.273	24.426.218

Fonte: Siafi.

R\$ milhares

PASSIVO	NE	30/06/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE		2.963.701	1.875.948
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>06</u>	1.426.926	975.777
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		335.219	106.045
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		18	12
Transferências Fiscais de Curto Prazo		529.535	266.998
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>07</u>	672.003	527.116
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.500.005	1.500.000
Provisões a Longo Prazo		1.500.000	1.500.000
Demais Obrigações a Longo Prazo		4,50	0
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		4.463.706	3.375.949

Fonte: Siafi.

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.050.270	22.250.274
Demais Reservas		1.372.836	1.166.511
Resultados Acumulados		22.035.732	19.883.758
Resultado do Exercício		2.312.080	314.758
Resultados de Exercícios Anteriores	<u>08</u>	19.754.414	21.569.229
Ajustes de Exercícios Anteriores		(30.763)	(2.000.228)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.872.273	24.426.218

Fonte: Siafi.

R\$ milhares

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
			<u>09</u>		
ATIVO	31/03/2025	31/12/2024	PASSIVO	30/06/2025	31/12/2024
Ativo Financeiro	10.964.021	8.019.685	Passivo Financeiro	13.113.109	5.168.854
Ativo Permanente	16.908.253	16.406.533	Passivo Permanente	1.979.211	1.807.445
			Saldo Patrimonial	12.779.954	17.449.919

Fonte: Siafi.

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	30/06/2025	31/12/2024	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		549.468	495.785	
Atos Potenciais Ativos		549.468	495.785	
Garantias e Contragarantias Recebidas		428.091	395.985	
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		121.313	99.736	
Direitos Contratuais		64	64	
TOTAL		549.468	495.785	

Fonte: Siafi.

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	30/06/2025	31/12/2024	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		7.836.329	7.078.606	
Atos Potenciais Passivos	<u>10</u>	7.836.329	7.078.606	
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		2.830.588	2.692.063	
Obrigações Contratuais		5.005.713	4.386.516	
TOTAL		7.836.329	7.078.606	

Fonte: Siafi.

R\$ milhares

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(6.007.996)
Recursos Vinculados	3.858.907
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(850.151)
Previdência Social (RPPS)	(1.205.062)
Dívida Pública	(129.576)
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	(639.963)
Fundos, Órgãos e Programas	6.683.655
Recursos Extraorçamentários	0
Recursos Não Classificados	4
TOTAL	(2.149.088)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	30/06/2025	31/12/2024
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		494.064	422.749
Impostos		-	-
Taxas		494.064	422.749
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		89.898	34.636
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		89.898	34.636
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		342.078	312.640
Juros e Encargos de Mora		853	1.184
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		341.225	311.455
Transferências e Delegações Recebidas		33.635.900	28.617.934
Transferências Intragovernamentais		33.138.638	28.267.342
Transferências das Instituições Privadas		78.193	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		419.069	350.592
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		272.427	198.629
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		79.810	37.987
Ganhos com Incorporação de Ativos		191.582	147.467
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.036	13.176
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.417.148	2.861.617
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		4	712
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.417.144	2.860.905
TOTAL DAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		36.251.515	32.448.205

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	30/06/2025	31/12/2024
Pessoal e Encargos	11	4.639.370	4.348.139
Remuneração a Pessoal		3.551.221	3.317.510
Encargos Patronais		734.206	709.440
Benefícios a Pessoal		322.293	296.658
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		31.650	24.531
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.620.084	2.387.535
Aposentadorias e Reformas		1.901.874	1.719.786
Pensões		656.032	619.419
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		62.179	48.331
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.697.840	1.644.188
Uso de Material de Consumo		161.568	169.891
Serviços		1.350.841	1.335.190
Depreciação, Amortização e Exaustão		185.430	139.106
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		107.446	89.258
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		458	135
Variações Monetárias e Cambiais		2	0
Descontos Financeiros Concedidos		106.986	89.123
Transferências e Delegações Concedidas		24.258.848	22.213.401
Transferências Intragovernamentais		23.296.447	21.637.531
Transferências Intergovernamentais		576.629	279.029
Transferências ao Exterior		15.188	11.931
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	0
Outras Transferências e Delegações Concedidas		370.585	284.910
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		591.730	314.372
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		34.824	8.972
Perdas com Alienação		3.831	95
Perdas Involuntárias		10.850	4.317
Incorporação de Passivos		1.569	11.365
Desincorporação de Ativos		540.656	289.622
Tributárias		3.465	3.326
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.693	2.268
Contribuições		771	1.058
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		20.653	64.800
Premiações		53	-
Incentivos		1.054	560
Subvenções Econômicas		-	479
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		19.547	63.761
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		36.251.515	32.448.205
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		2.312.080	1.383.186

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário*Receitas e Despesas Orçamentárias*R\$ milhares
30/06/2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		5.971.338	5.971.338	3.207.125	(2.764.213)
Receitas Tributárias		799.757	799.757	345.845	(453.911)
Taxas		799.757	799.757	345.845	(453.911)
Receitas de Contribuições		281	281	(6)	(286)
Contribuições Sociais		281	281	(6)	(286)
Receita Patrimonial		3.217.927	3.217.927	1.606.298	(1.611.629)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		170	170	42	(128)
Valores Mobiliários		640.267	640.267	336.160	(304.107)
Demais Receitas Patrimoniais	12	2.577.490	2.577.490	1.270.095	(1.307.395)
Receitas de Serviços		50.741	50.741	89.816	39.074
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		50.741	50.741	89.816	39.074
Outros Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		52.891	52.891	78.193	25.303
Outras Receitas Correntes		1.849.742	1.849.742	1.086.979	(762.763)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	13	1.617.033	1.617.033	902.416	(714.618)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		403	403	54.333	53.930
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		219.382	219.382	111.985	(107.397)
Demais Receitas Correntes		12.923	12.923	18.245	5.322
RECEITAS DE CAPITAL		15.229	15.229	2.795	(12.434)
Alienação de Bens		-	-	2.795	2.795
Alienação de Bens Móveis		-	-	2.795	2.795
Transferências de Capital		15.229	15.229	-	(15.229)
SUBTOTAL DE RECEITAS		5.986.567	5.986.567	3.209.920	(2.776.647)
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT	14	-	-	13.790.265	13.790.265
TOTAL		5.986.567	5.986.567	17.000.185	11.013.618
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	428.649	-	(428.659)
Superavit Financeiro		-	6.628	-	-
Excesso de Arrecadação		-	39.556	-	-
Créditos Cancelados		-	382.465	-	-

Fonte: Siafi.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		19.773.510	20.086.820	16.029.416	8.400.140	6.651.456	4.057.404
Pessoal e Encargos Sociais		14.490.814	14.691.836	12.737.674	6.759.999	5.369.110	1.954.162
Outras Despesas Correntes	15	5.282.695	5.394.984	3.291.742	1.640.141	1.282.346	2.103.243
DESPESAS DE CAPITAL		2.526.868	2.670.272	970.769	225.519	12.680	1.699.502
Investimentos		2.526.868	2.670.272	970.769	225.519	12.680	1.699.502
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		569.174	541.109	-	-	-	541.109
TOTAL		22.869.551	23.298.200	17.000.185	8.625.659	6.664.136	6.298.015

Fonte: Siafi.

Balço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares
30/06/2025

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		175.186	877.390	485.662	420.441	55.519	576.616
Pessoal e Encargos Sociais		9.770	61.157	6.161	6.161	29.705	35.061
Outras Despesas Correntes		165.416	816.233	479.501	414.281	25.814	541.554
DESPESAS DE CAPITAL		1.035.964	1.511.841	788.215	679.804	16.862	1.851.138
Investimentos		1.035.964	1.511.841	788.215	679.804	16.862	1.851.138
TOTAL	16	1.211.150	2.389.231	1.273.877	1.100.245	72.382	2.427.754

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares
30/06/2025

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		2.671	1.175.280	1.167.532	219	10.200
Pessoal e Encargos Sociais		231	1.020.241	1.016.318	16	4.138
Outras Despesas Correntes		2.440	155.039	151.214	203	6.062
DESPESAS DE CAPITAL		56.832	244.898	81.472	139	220.119
Investimentos		56.832	244.898	81.472	139	220.119
TOTAL	17	59.503	1.420.178	1.249.004	358	230.319

Fonte: Siafi.

Balanco Financeiro*Ingressos*

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	30/06/2025	30/06/2024
Receitas Orçamentárias		3.209.920	3.380.119
Ordinárias		-	-
Vinculadas		3.356.207	3.501.064
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		580.242	663.041
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.775.899	2.837.286
Recursos Não Classificados		66	737
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(146.287)	(120.945)
Transferências Financeiras Recebidas	18	33.138.636	28.267.342
Resultantes da Execução Orçamentária		23.145.016	25.228.500
Cota Recebida		7.856.820	8.953.044
Repasse Recebido		7.461.013	8.552.182
Sub-repasse Recebido		7.739.526	7.581.799
Repasse Devolvido		87.634	141.469
Sub-repasse Devolvido		23	6
Independentes da Execução Orçamentária		9.993.620	3.038.842
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.290.303	2.790.249
Demais Transferências Recebidas		6.317.568	60.197
Movimentação de Saldos Patrimoniais		385.750	188.396
Recebimentos Extraorçamentários		10.398.086	10.353.237
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.961.523	1.266.227
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		8.374.526	7.556.180
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		58.103	27.160
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.934	1.503.671
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.917	5.250
Restituições a Pagar		14	210
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		3	1
DARF – SISCOMEX		0	0
Demais Recebimentos		-	1.498.209
Saldo do Exercício Anterior		8.019.570	6.688.460
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.019.570	6.688.460
TOTAL		54.766.212	48.689.158

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Dispêndios

R\$ milhares

DISPÊNDIOS	NE	30/06/2025	30/06/2024
Despesas Orçamentárias		17.000.185	15.516.263
Ordinárias		9.529.422	9.169.675
Vinculadas		7.470.764	6.346.588
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.471.914	880.197
Previdência Social (RPPS)		3.060.567	2.191.686
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		1.166.401	1.084.049
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.771.881	2.190.657
Transferências Financeiras Concedidas	18	23.297.072	21.636.254
Resultantes da Execução Orçamentária		15.309.034	16.400.761
Repasse Concedido		7.481.698	8.563.186
Sub-repasse Concedido		7.739.526	7.581.799
Cota Devolvida		152	114.300
Repasse Devolvido		87.634	141.469
Sub-repasse Devolvido		23	6
Independentes da Execução Orçamentária		7.988.039	5.235.493
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.208.301	1.800.802
Demais Transferências Concedidas		4.016.616	39.328
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.763.122	3.395.363
Pagamentos Extraorçamentários		3.505.060	3.371.747
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.249.004	953.910
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.100.245	1.091.652
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		31.740	24.967
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.124.071	1.301.218
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		1.122.546	1.301.204
Valores Compensados		11	14
Demais Pagamentos		1.515	-
Saldo para o Exercício Seguinte		10.963.895	8.164.895
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.963.895	8.164.895
TOTAL		54.766.212	48.689.158

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

R\$ milhares

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	30/06/2025	30/06/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		3.450.248	1.913.836
INGRESSOS		36.403.882	33.170.303
Receita Tributária		345.845	295.924
Receita de Contribuições		(6)	96
Receita Patrimonial		1.270.138	1.470.398
Receita de Serviços		89.816	34.451
Remuneração das Disponibilidades		336.160	309.111

Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.086.979	1.267.399
Transferências Recebidas		78.193	-
Intragovernamentais		0	-
Outras Transferências Recebidas		78.193	-
Outros Ingressos Operacionais		33.196.757	29.792.923
Ingressos Extraorçamentários		58.103	27.160
Restituições a Pagar		14	210
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		3	1
Transferências Financeiras Recebidas	<u>18</u>	33.138.636	28.267.342
DARF - SISCOMEX		0	0
Demais Recebimentos		-	1.498.209
DESEMBOLSOS		(32.953.633)	(31.256.467)
Pessoal e Demais Despesas		(7.581.725)	(7.338.962)
Judiciário		(16)	(91)
Essencial à Justiça		(3)	-
Administração	<u>19</u>	(88.255)	(71.892)
Segurança Pública		(5.065.080)	(4.932.079)
Relações Exteriores		(302)	-
Previdência Social		(2.314.774)	(2.203.214)
Educação		(11)	(10)
Cultura		-	(1)
Direitos da Cidadania		(28.104)	(29.956)
Gestão Ambiental		(633)	(252)
Agricultura		(21)	-
Organização Agrária		-	(14)
Indústria		(22)	-
Transporte		(4)	(87)
Encargos Especiais		(88.416)	(106.617)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagto.		3.917	5.250
Transferências Concedidas		(919.025)	(955.067)
Intergovernamentais		(312.011)	(249.567)
A Estados e/ou Distrito Federal		(300.048)	(238.720)
A Municípios		(11.962)	(10.847)
Intragovernamentais		(589.802)	(684.789)
Outras Transferências Concedidas		(17.213)	(20.711)
Outros Desembolsos Operacionais		(24.452.883)	(22.962.438)
Dispêndios Extraorçamentários		(31.740)	(24.967)
Transferências Financeiras Concedidas	<u>18</u>	(23.297.072)	(21.636.254)
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		(1.122.546)	(1.301.204)
Valores Compensados		(11)	(14)
Demais Pagamentos		(1.515)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(505.924)	(437.401)
INGRESSOS		2.795	2.739
Alienação de Bens		2.795	2.739
DESEMBOLSOS		(508.719)	(440.140)
Aquisição de Ativo Não Circulante	<u>20</u>	(493.494)	(430.376)
Outros Desembolsos de Investimentos		(15.225)	(9.764)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.944.325	1.476.435
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		8.019.570	6.688.460
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		10.963.895	8.164.895

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares
30/06/2025

Especificação	NE	Patrim./ Cap.Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cot as Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024		-	-	-	673.912	21.576.361	-	-	22.250.274
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	44.774	(2.000.228)	-	-	(1.955.453)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	447.825	(7.133)	-	-	440.692
Resultado do Exercício		-	-	-	-	314.758	-	-	314.758
Saldo Final do Exercício 2024		-	-	-	1.166.511	19.883.758	-	-	21.050.270

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cot as Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025		-	-	-	1.166.511	19.883.758	-	-	21.050.270
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	778	(31.643)	-	-	(30.865)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	193.310	(128.464)	-	-	64.846
Resultado do Exercício		-	-	-	-	2.312.080	-	-	2.312.080
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	12.237	-	-	-	12.237
Saldo Final do Exercício 2025	21	-	-	-	1.372.836	22.035.732	-	-	23.408.567

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

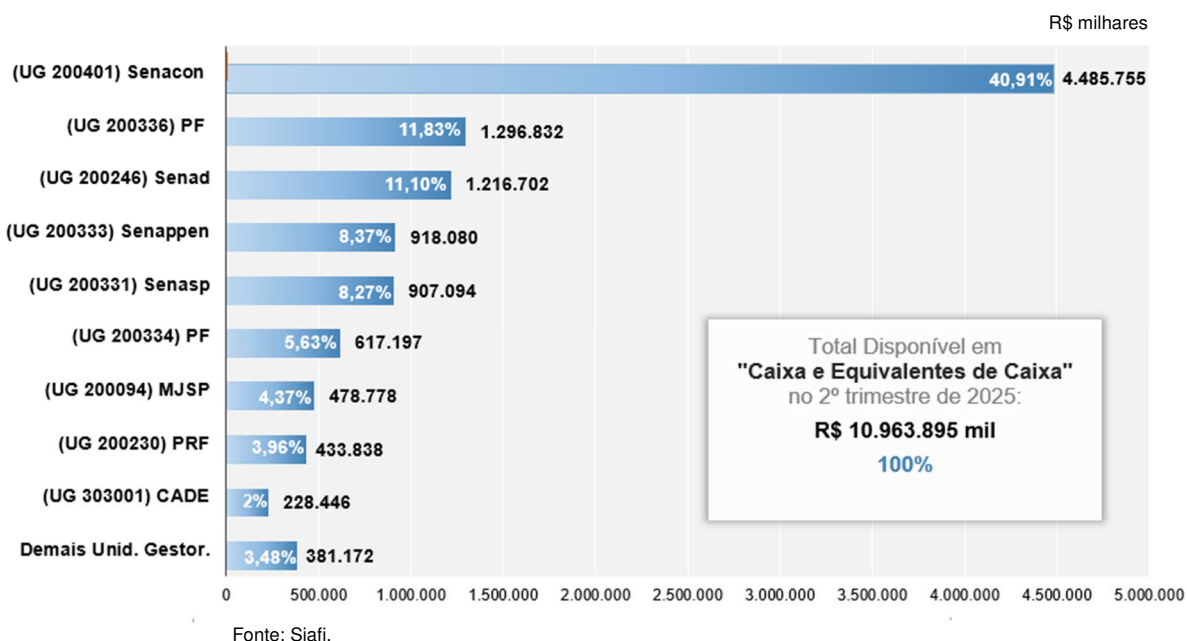
No final do segundo trimestre de 2025, os recursos disponíveis na rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa" totalizaram R\$ 10.963.895 mil, correspondendo a 74,08% do Ativo Circulante. Deste montante, R\$ 10.582.722 mil (96,52%) estavam alocados entre as oito unidades gestoras mais representativas, conforme a seguinte distribuição:

- a) R\$ 4.485.755 mil (40,91%) na UG 200401 da Senacon;
- b) R\$ 1.296.832 mil (11,83%) na UG 200336 da PF;
- c) R\$ 1.216.702 mil (11,10%) na UG 200246 da Senad;
- d) R\$ 918.080 mil (8,37%) na UG 200333 da Senappen;
- e) R\$ 907.094 mil (8,27%) na UG 200331 da Senasp;
- f) R\$ 617.197 mil (5,63%) na UG 200334 da PF;
- g) R\$ 478.778 mil (4,37%) na UG 200094 do MJSP;
- h) R\$ 433.838 mil (3,96%) na UG 200230 da PRF; e
- i) R\$ 228.446 mil (2,08%) na UG 303001 do CADE.

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 2º trimestre de 2025, as quais somaram 87 unidades distintas, englobaram R\$ 381.172 mil (3,48%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa".

Cumpra-se destacar que a representatividade de 8,37% da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) deve-se à existência do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

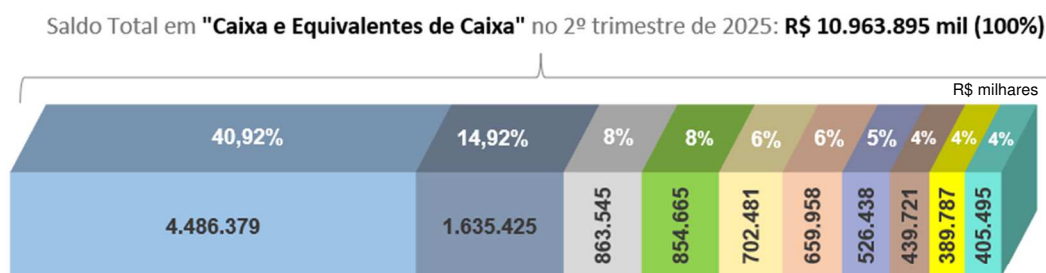
Em junho de 2025, R\$ 10.558.400 mil (96,30%) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

- a) R\$ 4.486.379 mil (40,92%) em repar. danos a interesses difusos e coletivos;
- b) R\$ 1.635.425 mil (14,92%) em recursos próprios livres da unidade orçamentária;

- c) R\$ 863.545 mil (7,88%) em recursos livres na unidade orçamentária (sup. vinc. amort. pgto. div.);
d) R\$ 854.665 mil (7,80%) no Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - Funapol;
e) R\$ 702.481 mil (6,41%) em recursos livres da União;
f) R\$ 659.958 mil (6,02%) em recursos livres da unidade orçamentária;
g) R\$ 526.438 mil (4,80%) em transferências da Senasp.
h) R\$ 439.721 mil (4,01%) em recursos da unidade orçamentária aplicados na seguridade social; e
i) R\$ 389.787 mil (3,56%) em benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União.

As fontes de recursos menos representativas corresponderam a R\$ 405.495 mil (3,70%) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre 11 tipos de fontes distintas.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte



Fonte: Siafi.

Legenda:

- Repar. Danos a Interesses Difusos e Coletivos
- Recursos Livres Unidade Orçamentária - Sup. Vinc. Amort. Pgto. Div.
- Recursos Livres da Unidade Orçamentária
- Recursos Unidade Orçamentária Aplicação Seguridade Social
- Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública
- Recursos Próprios Livres da Unidade Orçamentária
- Funapol
- Recursos Livres da União
- Benefícios do RPPS da União
- Demais Fontes de Recursos (11 fontes distintas)

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa" é igual ao "Resultado Financeiro". No segundo trimestre de 2025, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 2.944.325 mil, sendo R\$ 3.450.248 mil (117,18%) impactado pelas atividades operacionais e R\$ -505.924 mil (-17,18%) devido às atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as "Transferências Financeiras Recebidas" que, conforme pode-se observar na DFC, em junho de 2025, somaram R\$ 33.138.636 mil (91,03%) do total dos ingressos das atividades operacionais. Com relação aos dispêndios das atividades operacionais, "Transferências Financeiras Concedidas", com R\$ -23.297.072 mil (70,70%) e "Pessoal e Demais Despesas", com R\$ -7.581.725 mil (23,01%) totalizaram R\$ -30.878.797 mil (93,70%). As transferências financeiras recebidas e concedidas foram detalhadas na nota explicativa 18 - "Transferências Intragovernamentais". O dispêndio mais representativo de "Pessoal e Demais Despesas" foi detalhado na nota explicativa 19 - "Segurança Pública".

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que R\$ -493.494 mil (97,54%) do saldo apresentado se referem às aquisições de ativos não circulantes, as quais constam detalhadas na nota explicativa 20 – "Aquisição de Ativo Não Circulante".

Portanto, com relação ao resultado financeiro positivo de R\$ 2.944.325 mil, no segundo trimestre de 2025 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 01 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

Descrição	R\$ milhares				
	30/06/2025	30/06/2024	2025-2024	AV% (2025)	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	3.450.248	1.913.836	1.536.412	117,18	80,28
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(505.924)	(437.401)	(68.523)	(17,18)	15,67
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.944.325	1.476.435	1.467.890	100,00	99,42

Fonte: Siafi.

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo – BP

No segundo trimestre de 2025, os "Créditos a Curto Prazo" totalizaram R\$ 3.660.175 mil, correspondendo aos valores registrados na rubrica "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", conforme consolidado no balanço patrimonial. A maior parte desse montante teve origem no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que respondeu por R\$ 2.778.311 mil, descontados dos ajustes para perdas, representando 75,91% do total da rubrica. A "Tabela XX" e a "Figura XX" evidenciam a composição dos referidos créditos.

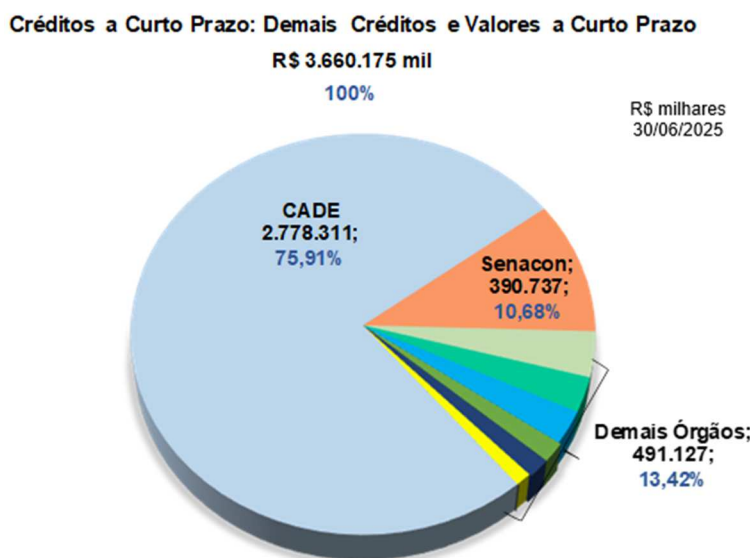
Dentre esses créditos, R\$ 2.772.678 mil, já descontados os ajustes para perdas, equivalem a 99,80% do total da representação do Cade e correspondem às multas aplicadas pelo referido órgão em razão de infrações à ordem econômica. A composição detalhada desses créditos pode ser visualizada na "Tabela 02" e na "Figura 03".

Tabela 02 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

Créditos a Curto Prazo	R\$ milhares			
	30/06/2025	31/12/2024	AV %	AH%
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.778.311	2.500.124	75,91	11,13
Secretaria Nacional do Consumidor	390.737	387.435	10,68	0,85
Polícia Rodoviária Federal	134.370	54.343	3,67	147,26
Secretaria Nacional de Políticas Penais	103.446	109.534	2,83	(5,56)
Secretaria Nacional Antidrogas	98.897	86.360	2,70	14,52
Ministério da Justiça e Segurança Pública	58.489	43.713	1,60	33,80
Secretaria Nacional de Segurança Pública	56.428	54.528	1,54	3,48
Polícia Federal	39.423	40.193	1,08	(1,92)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	75	65	0,00	14,16
Total	3.660.175	3.276.294	100,00	11,72

Fonte: Siafi.

Figura 03 – Créditos a Curto Prazo – por órgão



Fonte: Siafi.

Ajuste para Perdas em Créditos a Curto Prazo – Cade

Com relação aos Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo, o montante total registrado no Balanço Patrimonial, de R\$ -2.164.103 mil, decorre do Cade, cuja metodologia de contabilização tem por base a Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, conforme esclarecimentos fornecidos pela unidade:

“O Ajuste para Perdas demais Créditos e Valores a Curto Prazo é baseado na Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, mais precisamente no Item 6 – Ajuste para Perdas em Créditos a Receber, onde diz:

6.1 - O ajuste de perdas de créditos compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, **demais créditos**), por inadimplência de terceiros e outras.

6.2 - Para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, apresentada abaixo:

6.2.1 - Cálculo do ajuste para perdas baseado no histórico de recebimentos passados.

6.2.1.1 - Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Em termos matemáticos:

6.2.1.2 - **Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)**

6.2.1.3 - Para encontrar o valor da variável quociente médio de recebimentos deve-se calcular, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios. Em termos matemáticos:

Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12.

Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12.

6.2.1.4 - Após o cálculo destas duas variáveis deve-se calcular o quociente de recebimento para cada exercício, dividindo-se a respectiva média mensal de recebimentos pela média mensal dos saldos das contas de valores a receber. Em termos matemáticos:

Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 /

Média

mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1.

Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 /

Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2.

Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 /

Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3.

6.2.1.5 - A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3 e dividindo-se o resultado da soma por três. Em termos matemáticos:

(Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3.

6.3 – Dadas as diversidades de ativos e peculiaridades de cada um deles, é possível que, para refletir de maneira mais fidedigna a real situação do ativo, outra metodologia se mostre mais adequada, ou mesmo alguma variação da metodologia sugerida acima.

6.4 - As metodologias também podem variar de acordo com a classificação de risco atribuída a cada devedor (rating). Nesse caso, os devedores são segregados em classes com diferentes índices de recebimentos passados, que por sua vez influenciam as expectativas de recebimentos futuros.

6.5 - Independentemente de qual metodologia será utilizada no cálculo, ela deverá ser divulgada em nota explicativa, acompanhada de memória de cálculo do ajuste para perdas.’

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas demais Créditos e Valores a Curto Prazo, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

Para achar o quociente médio de recebimento, o cálculo é feito da seguinte forma:

6.2.1.3 - Para encontrar o valor da variável quociente médio de recebimentos deve-se calcular, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios. Em termos matemáticos:

Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12.

Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12.

6.2.1.4 - Após o cálculo destas duas variáveis deve-se calcular o quociente de recebimento para cada exercício, dividindo-se a respectiva média mensal de recebimentos pela média mensal dos saldos das contas de valores a receber. Em termos matemáticos:

Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1.

Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2.’

Transformando esses dados em números temos:

- Perdas Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;

- Perda Estimada = R\$ 4.658.682.153,53 – (0,53546884 x 4.658.682.153,53);

- Perda Estimada = R\$ 4.658.682.153,53 – 2.494.579.131,20;

Perda estimada = 2.164.103.022,33

Baseando-se no item 6.3 da macrofunção, onde diz: ‘Dadas as diversidades de ativos e peculiaridades de

cada um deles, é possível que, para refletir de maneira mais fidedigna a real situação do ativo, outra metodologia se mostre mais adequada, ou mesmo alguma variação da metodologia sugerida acima. Utilizou-se uma variação da fórmula apresentada onde foi considerado os últimos quatro anos para o cálculo do ajuste para perdas da dívida ativa.

Os dados extraídos do Tesouro Gerencial consideraram todo movimento credor da conta, conforme mostra tabela a seguir:

2024		2023		2022	
Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)
2.021.244.246,22	1.384.434.673,84	3.125.853.270,23	1.202.823.604,49	1.789.475.933,42	960.351.312,29

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

- Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12**
 - Média mensal de recebimentos **2022** = 960.351.312,29 / 12 = **R\$ 80.029.276,02**
 - Média mensal de recebimentos **2023** = 1.202.823.604,49 / 12 = **R\$ 100.235.300,37**
 - Média mensal de recebimentos **2024** = 1.384.434.673,84 / 12 = **R\$ 115.369.556,15**
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12**
 - Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2022** = 1.789.475.933,42 / 12 = **R\$ 149.122.994,45**
 - Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2023** = 3.125.853.270,23 / 12 = **R\$ 260.487.772,52**
 - Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2024** = 2.021.244.246,22 / 12 = **R\$ 168.437.020,52**
- Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1**
 - Quociente de recebimento para o exercício 2022 = 80.029.276,02 / 149.122.994,45 = **0,53666624**
- Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2**
 - Quociente de recebimento para o exercício 2023 = 100.235.300,37 / 260.487.772,52 = **0,38479849**
- Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3**
 - Quociente de recebimento para o exercício 2024 = 115.369.556,15 / 168.437.020,52 = **0,68494180**
- (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3**
 - Quociente médio de recebimento = (0,53666624 + 0,38479849 + 0,68494180) / 3
 - Quociente médio de recebimento = **0,53546884**

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estima é o **0,53546884**.

Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de **R\$ 2.164.103.022,33** (dois bilhões, cento e sessenta e quatro milhões, cento e três mil, vinte e dois reais e trinta e três centavos) de Perda Estimada, o que representa 46,45% das Multas aplicadas por Infrações à Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.”

Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP

Ao término do segundo trimestre de 2025, os “Créditos a Longo Prazo” totalizaram R\$ 3.715.950 mil, correspondendo à integralidade do “Ativo Realizável a Longo Prazo” e representando 28,43% do montante registrado no “Ativo não Circulante”. A distribuição desses valores entre os órgãos vinculados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) foi a seguinte:

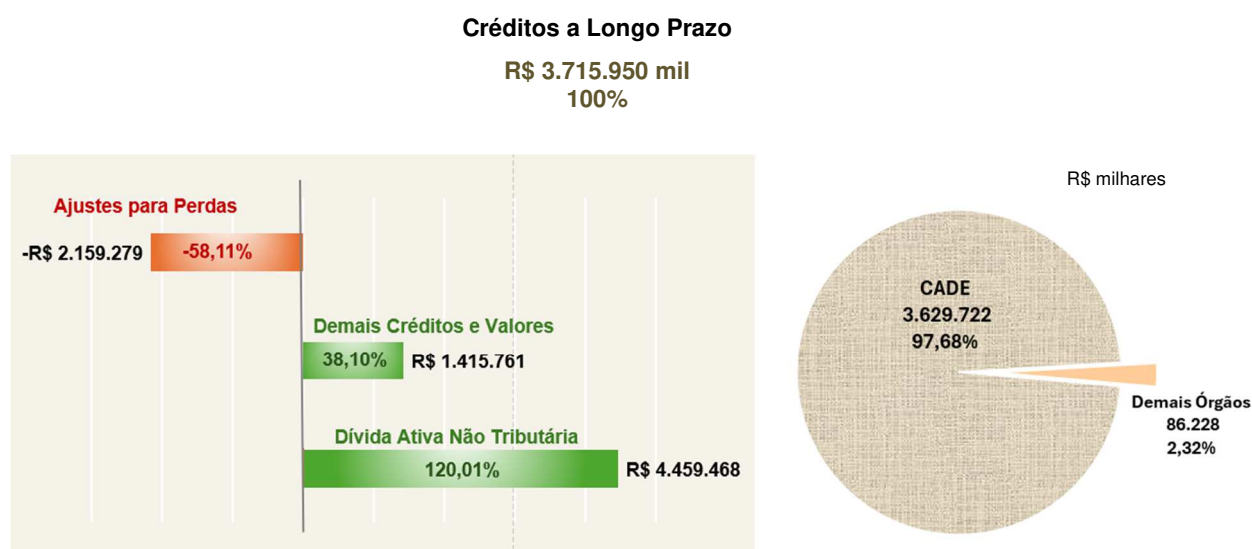
- R\$ 3.629.722 mil (97,68%) no CADE;
- R\$ 57.126 mil (1,54%) no MJSP;
- R\$ 25.936 mil (0,70%) na Senasp; e
- R\$ 3.166 mil (0,09%) nos demais órgãos, cujas representações observa-se na “Tabela 03”.

Tabela 03 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

R\$ milhares				
Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Dívida Ativa não Tributária	4.459.468	4.456.869	120,01	0,06
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.459.468	4.456.869	120,01	0,06
Ajustes para Perdas de Dívida Ativa não Tributária	(2.159.279)	(2.159.279)	(58,11)	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(2.159.279)	(2.159.279)	(58,11)	0,00
Total do Grupo Dívida Ativa não Tributária	2.300.189	2.297.590	61,90	0,11
Demais Créditos e Valores	1.415.761	1.437.847	38,10	(1,54)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.329.533	1.332.664	35,78	(0,23)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	57.126	76.081	1,54	(24,91)
Secretaria Nacional de Segurança Pública	25.936	25.936	0,70	0,00
Secretaria Nacional do Consumidor	1.507	1.507	0,04	0,00
Secretaria Nacional de Políticas Penais	948	948	0,03	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	644	644	0,02	0,00
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,00
Polícia Federal	0	0	0,00	
Total do Grupo Demais Créditos e Valores	1.415.761	1.437.847	38,10	(1,54)
Total Geral	3.715.950	3.735.437	100,00	(0,52)

Fonte: Siafi.

Figura 04 – Créditos a Longo Prazo – composição por grupo de contas



Fonte: Siafi.

Dívida Ativa não Tributária

A "Dívida Ativa Não Tributária", originada de demais créditos da Fazenda Pública, contratos em geral ou outras obrigações legais, totalizou R\$ 4.459.468 mil no segundo trimestre de 2025, sendo integralmente registrada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Esse montante foi impactado em R\$ 1.599.399 mil (35,85%) por débitos atribuídos às seguintes empresas:

- Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda.- R\$ 860.574 mil (19,30%);
- Rumo S.A.- R\$ 314.366 mil (7,05%);
- Mann+Hummel Brasil Ltda. – R\$ 158.054 mil (3,54%)
- Varig Logística S.A (falida) – R\$ 151.883 mil (3,40%)
- ERJ Administração e Restaurantes de Empresas Ltda. – R\$ 114.573 mil (2,57%)

O saldo remanescente da "Dívida Ativa não Tributária", no montante de R\$ 2.860.069 mil (64,13%), teve origem em 1.132 registros contábeis distintos do CADE.

Demais Créditos e Valores

Os “Demais Créditos e Valores” representaram R\$ 1.415.761 mil (38,10%) dos “Créditos a Longo Prazo”, no segundo trimestre de 2025, sendo R\$ 1.329.533 mil (93,91%) desse montante registrados no CADE, decorrentes de multas aplicadas por condutas de infrações à ordem econômica; sobretudo nas seguintes empresas, as quais somaram R\$ 1.077.178 mil:

- a) CNO S.A., com R\$ 529.488 mil (37,40%);
- b) Construtora Coesa S.A. – em recuperação judicial, com R\$ 284.581 mil (20,10%); e
- c) Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A., com R\$ 263.109 mil (18,58%).

Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo – Cade

Com relação aos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo, o montante total registrado no Balanço Patrimonial, de R\$ -2.159.279 mil, foi decorrente do Cade, cuja metodologia de contabilização, em observância à Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, descrevemos a seguir:

O Ajuste para perdas em créditos a Longo Prazo é baseado na Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, mais precisamente no Item 6 – Ajuste para Perdas em Créditos a Receber, onde diz:

“6.1 - O ajuste de perdas de créditos compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, demais créditos), por inadimplência de terceiros e outras.

6.2 - Para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, apresentada abaixo:

6.2.1 - Cálculo do ajuste para perdas baseado no histórico de recebimentos passados.

6.2.1.1 - Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Em termos matemáticos:

6.2.1.2 - Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber)

6.2.1.3 - Para encontrar o valor da variável quociente médio de recebimentos deve-se calcular, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios. Em termos matemáticos:

Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12.

Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12.

6.2.1.4 - Após o cálculo destas duas variáveis deve-se calcular o quociente de recebimento para cada exercício, dividindo-se a respectiva média mensal de recebimentos pela média mensal dos saldos das contas de valores a receber. Em termos matemáticos:

Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1.

Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2.

Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3.

6.2.1.5 - A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3 e dividindo-se o resultado da soma por três. Em termos matemáticos:

(Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3.

6.3 – Dadas as diversidades de ativos e peculiaridades de cada um deles, é possível que, para refletir de maneira mais fidedigna a real situação do ativo, outra metodologia se mostre mais adequada, ou mesmo alguma variação da metodologia sugerida acima.

6.4 - As metodologias também podem variar de acordo com a classificação de risco atribuída a cada devedor (rating). Nesse caso, os devedores são segregados em classes com diferentes índices de recebimentos passados, que por sua vez influenciam as expectativas de recebimentos futuros.

6.5 - Independentemente de qual metodologia será utilizada no cálculo, ela deverá ser divulgada em nota explicativa, acompanhada de memória de cálculo do ajuste para perdas. ”

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

Para achar o quociente médio de recebimento, o cálculo é feito da seguinte forma:

6.2.1.3 - Para encontrar o valor da variável quociente médio de recebimentos deve-se calcular, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios. Em termos matemáticos:

Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12.

Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12.

6.2.1.4 - Após o cálculo destas duas variáveis deve-se calcular o quociente de recebimento para cada

exercício, dividindo-se a respectiva média mensal de recebimentos pela média mensal dos saldos das contas de valores a receber. Em termos matemáticos:

Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1.

Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2.”

Transformando esses dados em números temos:

- Perdas Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;

- Perda Estimada = R\$ 4.456.868.808,68 – (0,51551656 x 4.456.868.808,68);

- Perda Estimada = R\$ 4.456.868.808,68 – 2.297.589.660,40;

Perda estimada = 2.159.279.148,28

Baseando-se no item 6.3 da macrofunção, onde diz: “Dadas as diversidades de ativos e peculiaridades de cada um deles, é possível que, para refletir de maneira mais fidedigna a real situação do ativo, outra metodologia se mostre mais adequada, ou mesmo alguma variação da metodologia sugerida acima.”, utilizou-se uma variação da fórmula apresentada onde foi considerado os últimos quatro anos para o cálculo do ajuste para perdas da dívida ativa.

Os dados extraídos do Tesouro Gerencial consideraram todo movimento credor da conta, conforme mostra tabela a seguir:

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

• Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12

- Média mensal de recebimentos 2019 = 381.270.413,94 / 12 = R\$ 31.722.534,50

- Média mensal de recebimentos 2020 = 25.374.225,67 / 12 = R\$ 2.114.518,81

- Média mensal de recebimentos 2021 = 48.026.393,19 / 12 = R\$ 4.002.199,43

- Média mensal de recebimentos 2022 = 80.438.267,49 / 12 = R\$ 6.703.188,96

- Média mensal de recebimentos 2023 = 39.556.310,06 / 12 = R\$ 3.296.359,17

- Média mensal de recebimentos 2024 = 1.549.995.198,03 / 12 = R\$ 129.166.266,50

• Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2019 = 239.894.308,93/12 = R\$ 19.991.192,41

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2020 = 312.622.303,46/12 = R\$ 26.051.858,62

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2021 = 737.742.339,29/12 = R\$ 61.478.528,27

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2022 = 679.161.830,58/12 = R\$ 56.596.819,22

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2023 = 979.910.487,30/12 = R\$ 81.659.207,28

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2024 = 1.292.264.222,70/12 = R\$ 107.688.685,23

• Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1

- Quociente de recebimento para o exercício 2019 = 31.722.534,50 / 19.991.192,41 = 1,58932663

• Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2

- Quociente de recebimento para o exercício 2020 = 2.114.518,81 / 26.051.858,62 = 0,08116576

• Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3

- Quociente de recebimento para o exercício 2021 = 4.002.199,43 / 61.478.528,27 = 0,06509914

• Quociente de recebimento para o exercício x4 = Média mensal de recebimentos do exercício x4 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x4

- Quociente de recebimento para o exercício 2022 = 6.703.188,96 / 56.596.819,22 = 0,11843756

• Quociente de recebimento para o exercício x5 = Média mensal de recebimentos do exercício x5 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x5

- Quociente de recebimento para o exercício 2023 = 3.296.359,17 / 81.659.207,28 = 0,04036727

• Quociente de recebimento para o exercício x6 = Média mensal de recebimentos do exercício x6 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x6

- Quociente de recebimento para o exercício 2024 = 129.166.266,50 / 107.688.685,23 = 1,199441392

• (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3 + Quociente de recebimento para o exercício x4 + Quociente de recebimento para o exercício x5 + Quociente de recebimento para o exercício x6) / 6

- Quociente médio de recebimento = $(1,58932663 + 0,08116576 + 0,06509914 + 0,11843756 + 0,04036727 + 1,19944139) / 6$
 - Quociente médio de recebimento = 0,51551656

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estima é o 0,51551656.

Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de R\$ 2.159.279.148,28 (dois bilhões, cento e cinquenta e nove milhões, duzentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos) de Perda Estimada, o que representa 48,45% da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em 2023 o valor contabilizado para ajuste para perdas era de R\$ 2.916.994.755,83. Em 31/12/2024 realizou-se contabilização de reversão no valor de R\$ 757.715.607,55, portanto o valor total da conta é de R\$ 2.159.279.148,28.

Nota 04 – Ativo Imobilizado – BP

O Ativo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (tangíveis) – bens móveis e imóveis – destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No segundo trimestre de 2025, o MJSP registrou o valor contábil líquido de R\$ 9.000.175 mil de bens móveis e imóveis. Desse montante, R\$ 4.155.283 mil (46,17%) referem-se a bens móveis, enquanto R\$ 4.844.892 mil (53,83%) correspondem a bens imóveis, conforme demonstrado na “Tabela 04”.

Tabela 04 – Imobilizado – composição

Imobilizado	R\$ milhares 30/06/2025			
	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Bens Móveis	4.155.283	4.224.832	46,17	(1,65)
Bens Móveis	5.854.427	5.781.997	65,05	1,25
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.699.144)	(1.557.165)	(18,88)	9,12
Bens Imóveis	4.844.892	4.667.687	53,83	3,80
Bens Imóveis	4.854.109	4.677.379	53,93	3,78
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(9.217)	(9.692)	(0,10)	(4,90)
Total Imobilizado	9.000.175	8.892.520	100,00	1,21

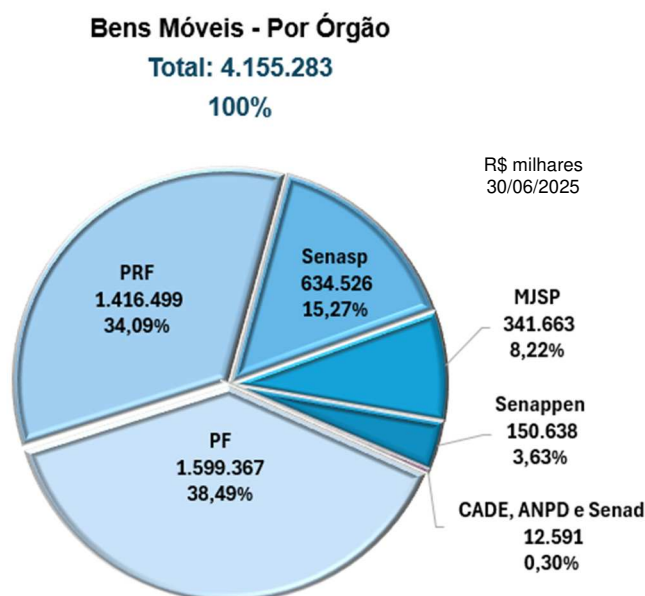
Fonte: Siafi.

Imobilizado: Bens Móveis

No final do segundo trimestre de 2025, os bens móveis totalizaram R\$ 4.155.283 mil, assim registrados no MJSP:

- R\$ 1.599.367 mil (38,49%) na PF;
- R\$ 1.416.499 mil (34,09%) na PRF;
- R\$ 634.526 mil (15,27%) na Senasp;
- R\$ 341.663 mil (8,22%) no MJSP;
- R\$ 150.638 mil (3,63%) no Senappen; e
- R\$ 12.591 mil (0,30%) nos demais órgãos (CADE, ANPD e Senad)

Figura 05 – Bens Móveis – composição por órgão



Fonte: Siafi.

Conforme destacado na “Tabela 05”, “Veículos” representaram R\$ 2.714.587 mil (65,33%) do total dos registros de bens móveis.

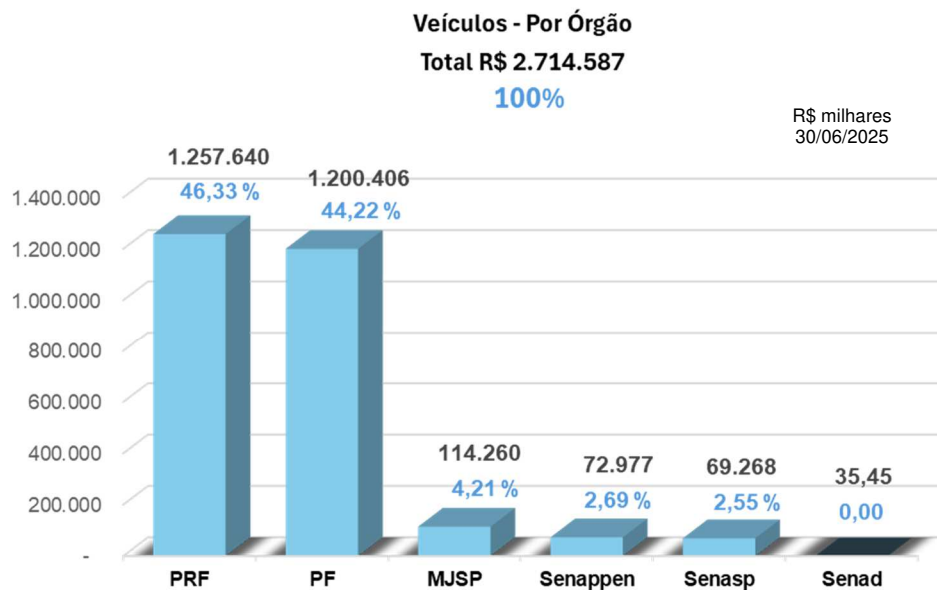
Tabela 05 – Composição dos Bens Móveis – por conta contábil

Descrição	R\$ milhares			
	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Veículos	2.714.587	2.542.312	65,33	6,78
Bens de Informática	894.400	842.269	21,52	6,19
Máquinas, Aparelhos, Equipamento e Ferramenta	829.266	814.523	19,96	1,81
Bens Móveis em Almoxarifado	617.533	848.488	14,86	(27,22)
Móveis e Utensílios	221.920	206.489	5,34	7,47
Armamentos	213.068	192.542	5,13	10,66
Bens Móveis em Andamento	168.072	106.458	4,04	57,88
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	118.140	117.501	2,84	0,54
Demais Bens Móveis	75.482	109.496	1,82	(31,06)
Semoventes	1.960	1.919	0,05	2,16
Subtotal	5.854.427	5.781.997	140,89	1,25
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.699.144)	(1.557.165)	(40,89)	9,12
Total Geral	4.155.283	4.224.832	100,00	(1,65)

Fonte: Siafi.

Conforme ilustrado na “Figura 06”, no segundo trimestre de 2025, a rubrica “Veículos” foi composta predominantemente pelos registros da PRF e da PF, cujos ativos totalizaram R\$ 2.458.046 mil, representando 90,55% do valor registrado. Desse montante, R\$ 1.257.640 mil (46,33%) correspondem à PRF, enquanto R\$ 1.200.406 mil (44,22%) são atribuídos à PF. Esses bens são empregados, prioritariamente, no desempenho das atividades inerentes à função policial.

Figura 06 – Veículos – por órgão

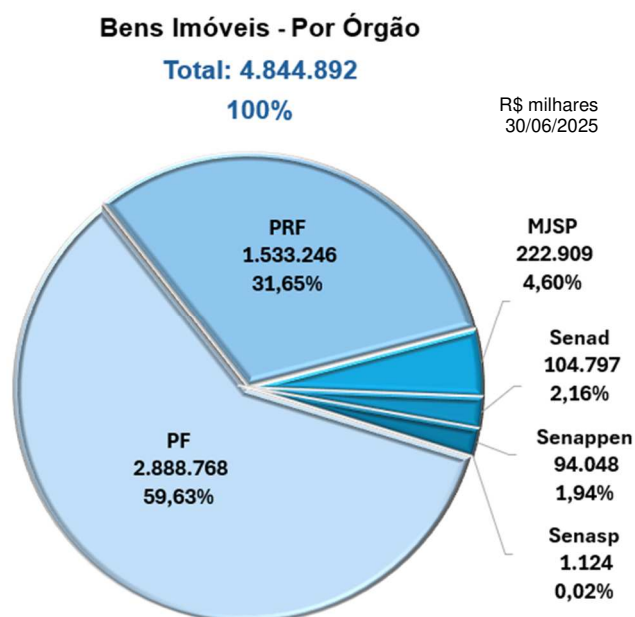


Fonte: Siafi.

Imobilizado: Bens Imóveis

O saldo líquido de “Bens Imóveis” do MJSP, ou seja, após depreciações, amortizações e reavaliações, totalizaram R\$ 4.844.892 mil, no segundo trimestre de 2025, representando (53,83%) do total do Ativo Imobilizado. A PF e a PRF representaram R\$ 4.422.014 mil (91,27%) desse montante, sendo R\$ 2.888.768 mil (59,63%) da PF e R\$ 1.533.246 mil (31,65%) da PRF. Os demais órgãos somaram R\$ 422.878 mil (8,73%) do total dos bens imóveis, conforme demonstrado na “Figura 07”.

Figura 07 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

Os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União)” do MJSP, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a R\$ 4.192.530 mil (86,54%) do total dos bens imóveis no segundo trimestre de 2025, conforme demonstrado na “Tabela 06”.

Tabela 06 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

Descrição	R\$ milhares			
	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	4.192.530	4.067.568	86,54	3,07
Bens Imóveis em Andamento	579.752	523.128	11,97	10,82
Instalações	48.891	53.859	1,01	(9,22)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	15.119	14.963	0,31	1,04
Bens Dominicais Não Registrados no Siapa	12.543	12.543	0,26	0,00
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	4.574	4.618	0,09	(0,96)
Demais Bens Imóveis	700	700	0,01	0,00
Subtotal – saldo bruto	4.854.109	4.677.379	100,19	3,78
Amortização Acumulada - bens imóveis	(1.523)	(1.226)	(0,03)	24,24
Depreciação Acumulada - bens imóveis	(7.694)	(8.466)	(0,16)	(9,12)
Total Geral	4.844.892	4.667.687	100,00	3,80

Fonte: Siafi.

As rubricas “Edifícios”, “Presídios/Delegacias” e “Terrenos/Glebas” representaram, respectivamente, R\$ 2.215.688 mil (52,85%), R\$ 886.340 mil (21,14%) e 694.431 mil (16,56%); totalizando R\$ 3.796.458 mil (90,55%) do total de “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”. A PF registrou R\$ 1.717.013 mil na rubrica “Edifícios”, o que correspondeu a 40,95% do total dessa categoria, conforme demonstrado na “Tabela 07”. Por fim, ressalta-se que os “Bens de uso especial não registrados no SPIUnet”, ou seja, sobre os quais os registros constam apenas no Siafi, somaram R\$ 4.574 mil (0,09%) do total dos bens imóveis.

Tabela 07 - Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet – por tipo

BENS DE USO ESPECIAL	R\$ milhares			
	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Edifícios	2.215.688	2.168.660	52,85	2,17
Polícia Federal	1.717.013	1.678.158	40,95	2,32
Polícia Rodoviária Federal	346.409	339.047	8,26	2,17
Ministério da Justiça e Segurança Pública	148.107	148.107	3,53	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	3.841	3.030	0,09	26,76
Secretaria Nacional de Políticas Penais	319	319	0,01	0,00
Presídios/Delegacias	886.340	852.124	21,14	4,02
Polícia Rodoviária Federal	424.817	413.485	10,13	2,74
Polícia Federal	392.201	369.318	9,35	6,20
Secretaria Nacional de Políticas Penais	69.321	69.321	1,65	0,00
Terrenos/Glebas	694.431	651.791	16,56	6,54
Polícia Federal	301.910	269.463	7,20	12,04
Polícia Rodoviária Federal	265.813	247.446	6,34	7,42
Ministério da Justiça e Segurança Pública	58.680	58.680	1,40	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	57.133	65.309	1,36	(12,52)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	10.894	10.894	0,26	0,00
Complexos/Fábricas/Usinas/Ármazens/Galpões	273.014	278.717	6,51	(2,05)
Polícia Federal	237.803	243.527	5,67	(2,35)
Polícia Rodoviária Federal	33.943	33.943	0,81	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	1.268	1.248	0,03	1,65
Imóveis Residenciais / Comerciais	122.355	115.573	2,92	5,87
Polícia Federal	51.578	52.906	1,23	(2,51)
Secretaria Nacional Antidrogas	42.851	32.043	1,02	33,73
Polícia Rodoviária Federal	27.927	30.624	0,67	(8,81)
Outros Bens Imóveis Registrado no SPIUnet	702	702	0,02	0,00
Polícia Rodoviária Federal	702	702	0,02	0,00
Total Geral	4.192.530	4.067.568	100,00	3,07

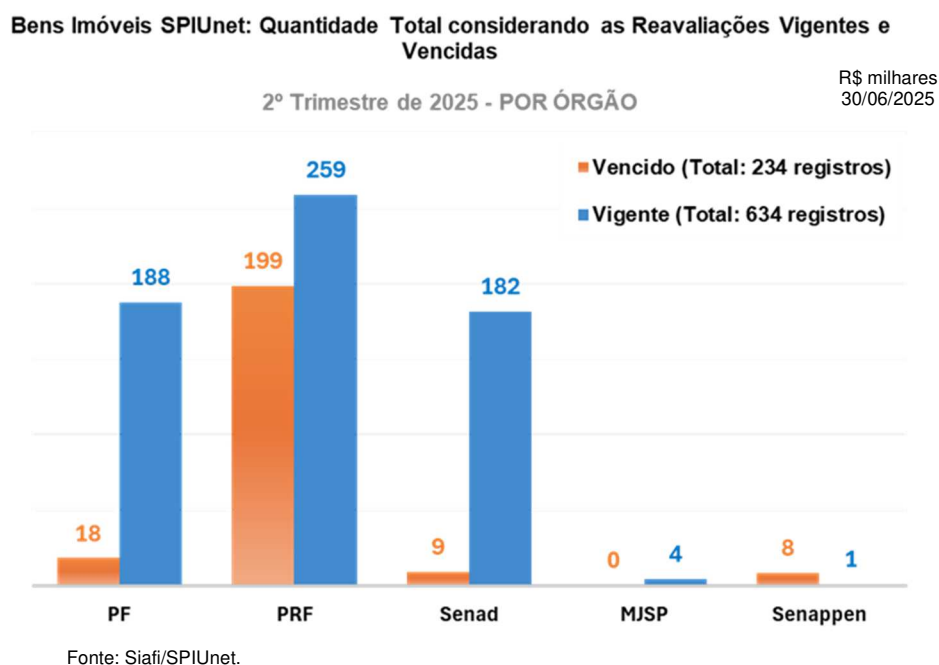
Fonte: Siafi.

Registros de Bens Imóveis no SPIUnet

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUNET - é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como uso especial quanto à sua destinação no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Neste sistema, cada imóvel possui um Registro Imobiliário Patrimonial – RIP – que é um número de identificação do bem, sob o qual são registradas todas as informações referentes ao imóvel e a sua utilização/destinação. As atualizações desses registros devem ser periódicas, uma vez que tais informações possuem prazo de validade quanto aos seus cadastros. Diante disso, existem dados com prazos de validade “vigentes” e “vencidos” no sistema, apresentados neste tópico, para fins de esclarecimentos adicionais à rubrica contábil de “Bens Imóveis”.

No que se refere à quantidade de bens cadastrados, de acordo com o panorama atual dos registros detalhados por órgão vinculado ao MJSP, conforme ilustrado na “Figura 08”, o SPIUnet contabilizou 868 registros, no segundo trimestre de 2025, sendo 458 (52,76%) registros pertencem à Polícia Rodoviária Federal (PRF), sendo que 199 desses (22,93%) encontram-se com prazo de validade expirado.

Figura 08 – Quantidade dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet

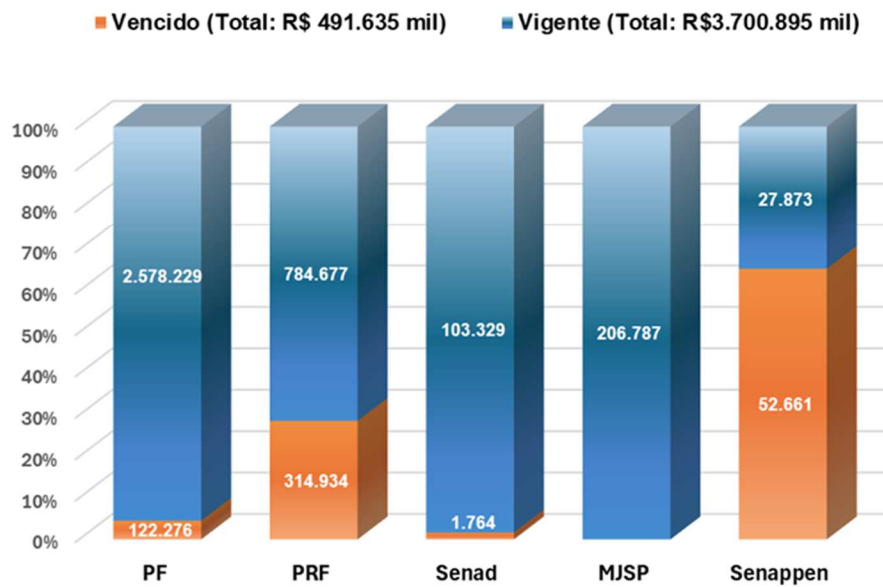


No que tange ao montante monetário, o SPIUnet registra atualmente um total de R\$ 4.192.530 mil em bens imóveis. Desse montante, R\$ 491.635 mil (11,73%) estão classificados como “vencidos”, ou seja, possuem dados cadastrais pendentes de atualização, conforme ilustrado na “Figura 09”.

Figura 09 – Valores (R\$ mil) dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet

Bens Imóveis SPIUnet: Valor total considerando as Reavaliações Vigentes e Vencidas

2º Trimestre de 2025 - POR ÓRGÃO

R\$ milhares
30/06/2025

Fonte: Siafi/SPIUnet.

Nota 05 – Ativo Intangível – BP

No segundo trimestre de 2025, os registros de ativos intangíveis evidenciados no Balanço Patrimonial totalizaram R\$ 355.425 mil. Os órgãos vinculados PF e MSJP integraram R\$ 307.086 mil (86,40%) desse montante; sendo R\$ 75.453 mil (21,23%) no MJSP e R\$ 231.633 mil (65,17%) na PF.

Destaca-se que a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações. No entanto, não foram identificadas evidências contábeis de que a implantação do SIADS está operando regularmente com relação às amortizações.

Para a implantação desse sistema, os órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) manifestaram-se por meio de processo formal interno. No entanto, tanto a Polícia Federal (PF) quanto a Polícia Rodoviária Federal (PRF) optaram por não aderir à implantação do Siads. Em razão das especificidades inerentes às suas atividades, essas instituições apresentaram ressalvas quanto à utilização do referido sistema.

Tabela 08 – Intangível

		R\$ milhares 30/06/2025			
Nome da Conta	Nome do Órgão	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	51.444	62.398	14,47	(17,56)
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	9.897	9.897	2,78	0,00
	Polícia Federal	8.592	36.774	2,42	(76,64)
	Polícia Rodoviária Federal	2.140	2.140	0,60	0,00
	Secretaria Nacional de Políticas Penais	1.510	1.510	0,42	0,00
	Secretaria Nacional de Segurança Pública.	710	710	0,20	0,00
	Autoridade Nacional de Proteção de Dados	7	-	-	-
	Total		74.299	113.428	20,90
Softwares com vida útil definida - em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	20.163	20.163	5,67	0,00
	Total	20.163	20.163	5,67	0,00
Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	143.374	142.238	40,34	0,80
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	25.609	25.609	7,21	0,00
	Polícia Rodoviária Federal	23.559	23.564	6,63	(0,02)
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	6.123	6.123	1,72	0,00
	Secretaria Nacional de Segurança Pública.	5.979	5.979	1,68	0,00
	Secretaria Nacional de Políticas Penais	10	10	0,00	0,00
	Total		204.655	203.523	57,58
Softwares com vida útil indefinida - em fase de desenvolvimento	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	67.696	58.292	19,05	16,13
	Total	67.696	58.292	19,05	16,13
Softwares não localizados	Polícia Federal	21	21	0,01	0,00
	Total	21	21	0,01	0,00
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Polícia Federal	(8.213)	(36.161)	(2,31)	(77,29)
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	(1.600)	0	(0,45)	
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.596)	(1.589)	(0,45)	0,45
	Polícia Rodoviária Federal	(1)		(0,00)	
Total		(11.409)	(37.749)	(3,21)	(69,78)
Total do Ativo Não Circulante - Intangível		355.425	357.679	100,00	(0,63)

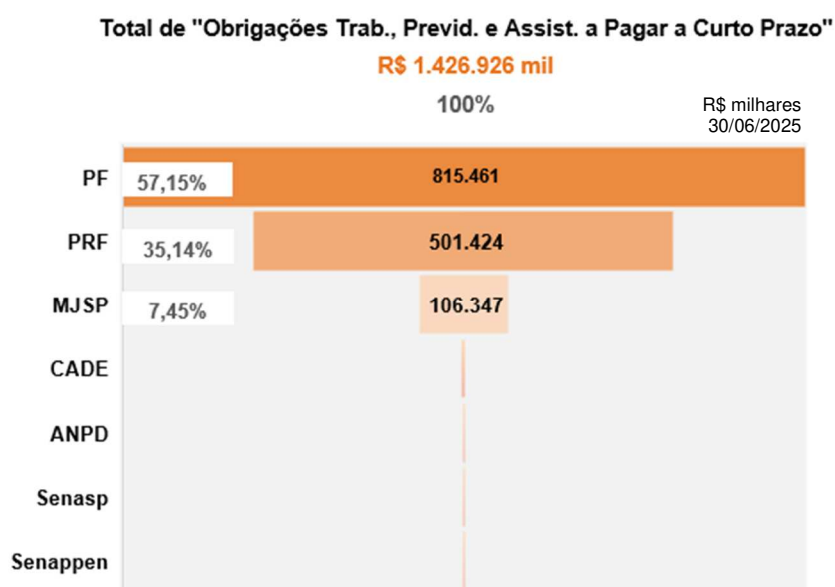
Fonte: Siafi

Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP

No segundo trimestre de 2025, foi contabilizado um montante de R\$ 1.426.926 mil em “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”, o que corresponde a 31,97% do Passivo Exigível. Esse grupo de obrigações inclui salários, remunerações, férias, benefícios assistenciais e previdenciários a pagar, entre outros.

Conforme ilustrado na “Figura 10”, destaca-se a representatividade da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nesse montante. A PF registrou R\$ 815.461 mil (57,15%), enquanto a PRF totalizou R\$ 501.424 mil (35,14%). Juntas, essas instituições somaram 1.316.885 mil, representando 92,29% do total desse grupo de contas.

Figura 10 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – por órgão



Fonte: Siafi.

Tabela 09 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Polícia Federal	815.461	578.207	57,15	41,03
Polícia Rodoviária Federal	501.424	311.290	35,14	61,08
Ministério da Justiça e Segurança Pública	106.347	83.319	7,45	27,64
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.098	2.514	0,22	23,19
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	566	435	0,04	30,08
Secretaria Nacional de Segurança Pública	25	-	0,00	
Secretaria Nacional de Políticas Penais	5	11	0,00	(59,57)
Total Geral	1.426.926	975.777	100	46,23

Fonte: Siafi.

Conforme evidenciado na “Tabela 10”, a rubrica “Pessoal a Pagar” representou R\$ 1.294.353 mil (90,71%) do total das “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”. Deste montante, R\$ 739.534 mil (51,83%) foram registrados na Polícia Federal e R\$ 450.839 mil (31,60%), na Polícia Rodoviária Federal. Ambos os órgãos totalizaram R\$ 1.190.373,75 mil (83,42%) de “Pessoal a Pagar”.

Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

	R\$ milhares			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Pessoal, a Pagar	1.294.353	958.768	90,71%	35,00
PSSS – Contribuição S/ Vencimentos e Vantagens	114.335	4.414	8,01%	2.490,27
INSS a Pagar	5.522	148	0,39%	3.631,02
Entidades de Previdência Privada e Complementar	4.906	4.513	0,34%	8,72
Benefícios Assistenciais a Pagar	4.104	3.792	0,29%	8,23
Benefícios Previdenciários	3.706	4.142	0,26%	(10,53)
Total Geral	1.426.926	975.777	100,00%	46,23

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo – BP

As "Demais Obrigações a Curto Prazo", no segundo trimestre de 2025, consolidadas em R\$ 672.003 mil no balanço patrimonial, conforme apresentado na "Tabela 11" e "Figura 11", representaram 15,05% do total do Passivo Exigível, assim registradas nos órgãos do MJSP:

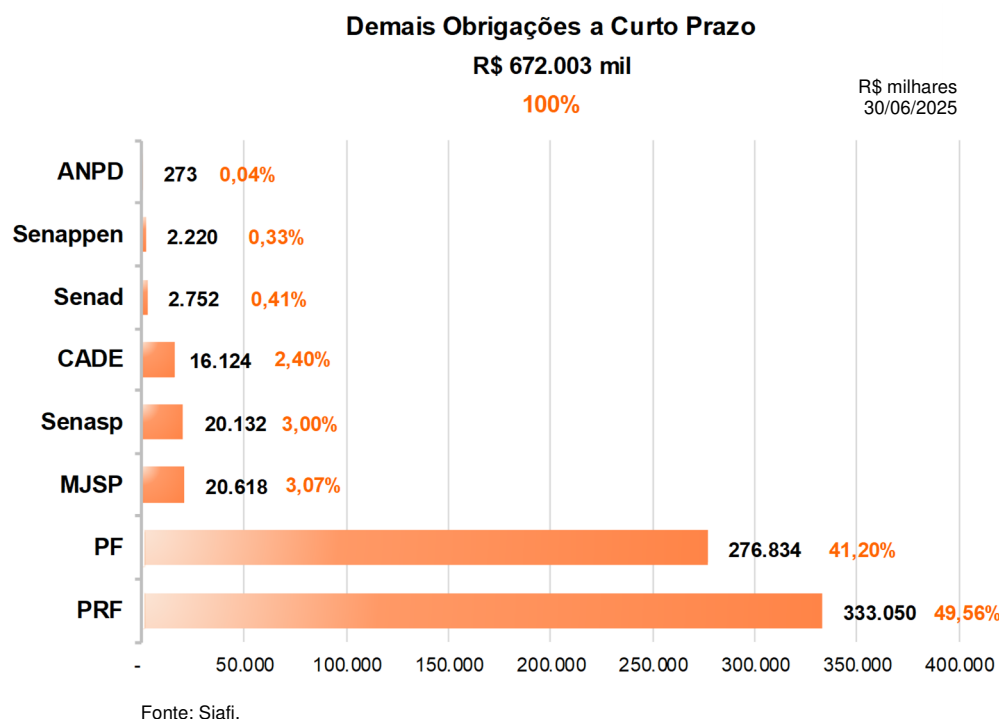
- a) R\$ 333.050 mil (49,56%) na PRF;
- b) R\$ 276.834 mil (41,20%) na PF;
- c) R\$ 20.618 mil (3,07%) no MJSP;
- d) R\$ 20.132 mil (3,00%) no Senasp;
- e) R\$ 16.124 mil (2,40%) no CADE; e
- f) R\$ 5.244 mil (0,78%) nos demais órgãos.

Tabela 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – composição por órgão

	R\$ milhares			
Órgão	30/06/2025	31/12/2024	AV %	AH%
Polícia Rodoviária Federal	333.050	275.538	49,56	20,87
Polícia Federal	276.834	195.568	41,20	41,55
Ministério da Justiça e Segurança Pública	20.618	19.991	3,07	3,14
Secretaria Nacional de Segurança Pública	20.132	15.764	3,00	27,71
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	16.124	15.879	2,40	1,55
Secretaria Nacional Antidrogas	2.752	2.750	0,41	0,07
Secretaria Nacional de Políticas Penais	2.220	1.451	0,33	52,93
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	273	176	0,04	55,35
Total	672.003	527.116	100,00	27,49

Fonte: Siafi.

Figura 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por órgão



Com referência a composição por grupo de contas, no segundo trimestre de 2025, R\$ 656.503 mil (97,69%) das "Demais Obrigações a Curto Prazo", conforme apresentado na "Tabela 12", foram correspondentes às seguintes contabilizações:

- Consignações: R\$ 420.409 mil (62,56%); sendo R\$ 223.610 mil da PF e R\$ 170.089 mil da PRF, cujos órgãos somaram R\$ 393.700 mil (93,65%) – referentes às consignações para impostos, previdência, sindicatos/ associações/ cooperativas, empréstimos e financiamentos, serviços de processamento de dados, depósitos retidos de fornecedores e outros consignatários.
- Transferências Financeiras a Comprovar - TED: R\$ 123.918 mil (18,44%); sendo R\$ 85.291 mil da PRF, R\$ 15.184 mil do CADE e R\$ 13.176 mil da Senasp, cujos órgãos totalizaram R\$ 113.651 mil (91,71%) do referido montante.
- Depósitos não Judiciais: R\$ 112.176 mil (16,69%); sendo R\$ 76.585 mil (68,27%) da PRF e R\$ 35.361 mil da PF, cujos órgãos somaram R\$ 111.945 mil (99,79%) do referido montante.

Tabela 12 – Demais Obrigações a Curto Prazo – composição por grupo de contas

Órgão	R\$ milhares			
	30/06/2025	31/12/2024	AV %	AH%
Consignações	420.409	310.771	62,56	35,28
Transferências financeiras a comprovar - Ted	123.918	122.848	18,44	0,87
Depósitos não judiciais	112.176	85.819	16,69	30,71
Diárias a pagar	7.075	575	1,05	1.130,63
Valores em trânsito exigíveis	4.192	106	0,62	3.869,50
Obrigações junto a entidades federais – Intra.	1.662	1.745	0,25	(4,75)
Indenizações, restituições e compensações	938	715	0,14	31,21
Obrigações com entidades federais - Consolid.	857	3.872	0,13	(77,86)
Obrigações com entidades estaduais	280	470	0,04	(40,36)
Incentivos a educação, cultura e outros	260	62	0,04	320,04
Depósitos judiciais	167	132	0,02	26,28
Serviços eventuais - pessoal técnico	61	1	0,01	8.495,38
Indenizações, restituições e compensações - Intra.	6	-	0,00	-
Total	672.003	527.116	100,00	27,49

Fonte: Siafi.

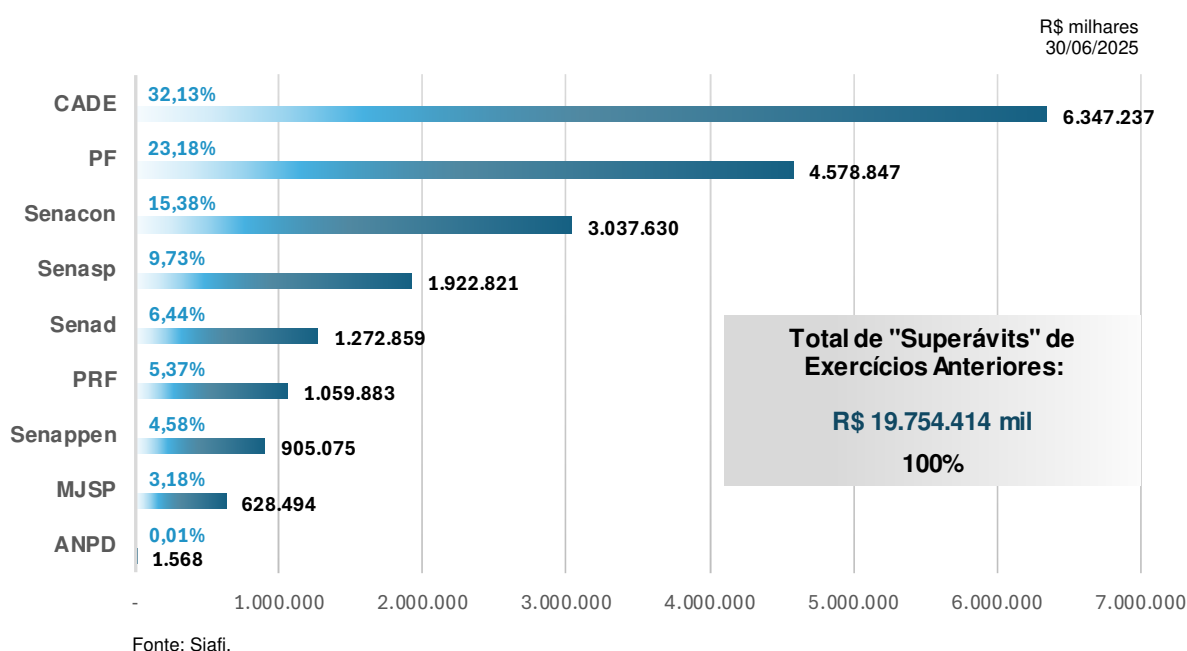
Nota 08 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP

No segundo trimestre de 2025, os “Resultados de Exercícios Anteriores” totalizaram R\$ 19.754.414 mil; sendo, R\$ 18.219.278 mil (92,23%), provenientes dos seguintes resultados superavitários por órgão:

- a) R\$ 6.347.237 mil (32,13%) no CADE;
- b) R\$ 4.578.847 mil (23,18%) na PF;
- c) R\$ 3.037.630 mil (15,38%) na Senacon;
- d) R\$ 1.922.821 mil (9,73%) na Senasp;
- e) R\$ 1.272.859 mil (6,44%) na Senad;
- f) R\$ 1.059.883 mil (5,37%) na PRF.

Os demais órgãos subordinados ao MJSP representaram R\$ 1.535.136 mil (7,77%) dos “Resultados de Exercícios Anteriores” no segundo trimestre de 2025, cuja distribuição pode ser observada a seguir na “Figura 12”.

Figura 12 - Composição de Superávits de Exercícios Anteriores - por órgão



Com relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, na análise vertical do Balanço Patrimonial, o saldo de “Resultado de Exercícios Anteriores” representou R\$ 19.754.414 mil (70,87%), correspondente a superávits/déficits provenientes de exercícios anteriores, cuja composição por órgão vinculado ao MJSP pode-se observar a seguir na “Tabela 13”.

Tabela 13 – Superávits ou Déficit Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares

	30/06/2025	31/12/2024	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	6.347.262	7.361.108	32,13	(13,77)
Polícia Federal	4.576.441	4.584.777	23,17	(0,18)
Secretaria Nacional do Consumidor	3.037.630	2.515.335	15,38	20,76
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.922.821	1.588.597	9,73	21,04
Secretaria Nacional Antidrogas	1.272.859	1.027.195	6,44	23,92
Polícia Rodoviária Federal	1.059.883	2.857.797	5,37	(62,91)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	905.075	1.102.664	4,58	(17,92)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	541.618	441.372	2,74	22,71
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	1.568	1.126	0,01	39,27
Subtotal (A)	19.665.157	21.479.972	99,55	(8,45)
Superávits ou Déficit de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				

Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,44	0,00
Polícia Federal	2.406	2.406	0,01	0,00
Subtotal (B)	89.282	89.282	0,45	0,00
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	(25)	(0,00)	0,00
Subtotal (C)	(25)	(25)	(0,00)	0,00
Total (A+B+C)	19.754.414	21.569.229	100,00	(1,51)

Fonte: Siafi.

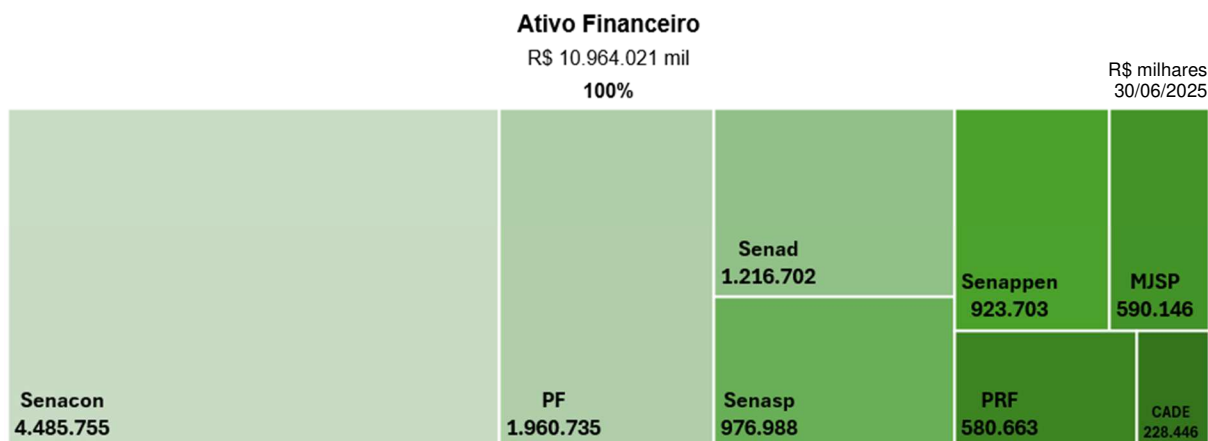
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

O "Ativo Financeiro", no segundo trimestre de 2025, representou R\$ 10.964.021 mil (39,34%) do total de ativos (financeiros e permanentes), compreendendo numerário e créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária, assim registrados no órgão MJSP:

- a) R\$ 4.485.755 mil (40,91%) na Senacon;
- b) R\$ 1.960.735 mil (17,88%) na PF;
- c) R\$ 1.216.702 mil (11,10%) na Senad;
- d) R\$ 976.988 mil (8,91%) na Senasp;
- e) R\$ 923.703 mil (8,42%) na Senappen;
- f) R\$ 1.400.137 mil (12,77%) somando o (MJSP; PRF; CADE e ANPD)

Figura 13 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



Fonte: Siafi.

Ativo Permanente

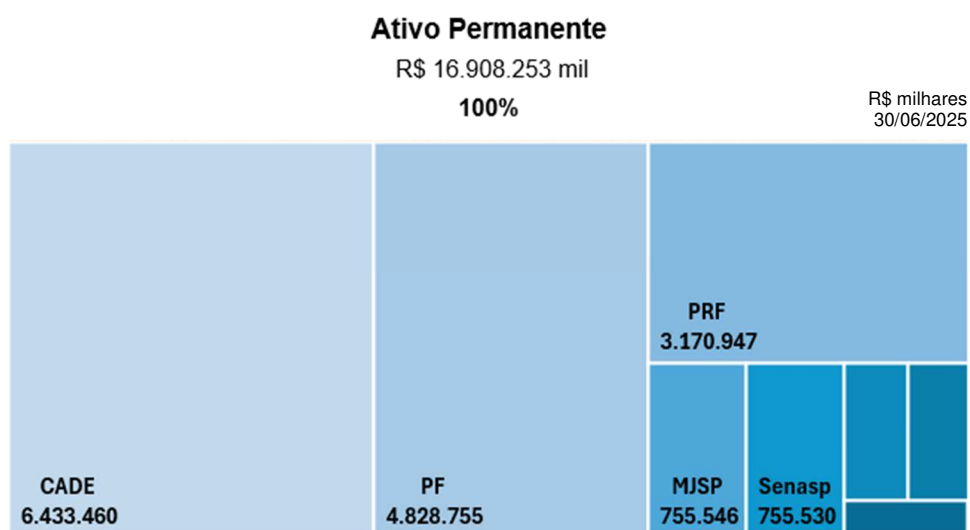
No segundo trimestre de 2025, o "Ativo Permanente" representou R\$ 16.908.253 mil (60,66%) do total de ativos (financeiros e permanente), assim distribuído entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- g) R\$ 6.433.460 mil (38,05%) no CADE;
- h) R\$ 4.828.755 mil (28,56%) na PF;
- i) R\$ 3.170.947 mil (18,75%) na PRF;
- j) R\$ 2.475.091 mil (14,64%) nos demais órgãos (MJSP, Senasp, Senacon, Senappen, Senad e ANPD).

Destaca-se que no CADE, o "Ativo Permanente" de R\$ 6.433.460 mil refere-se prioritariamente aos registros contábeis relativos à dívida ativa não tributária e créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais. Na PF e PRF, a composição desse grupo de contas refere-se sobretudo a bens móveis e imóveis

dos respectivos órgãos conforme a “Figura 14” abaixo.

Figura 14 – Composição do Ativo Permanente – por órgão



Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro

No segundo trimestre de 2025, o “Passivo Financeiro” representou R\$ 13.113.109 mil (86,89%) do total dos passivos financeiros e permanentes, cuja composição por órgão encontra-se detalhada na “Tabela 14” a seguir.

Tabela 14 – Passivo Financeiro – composição total por órgão

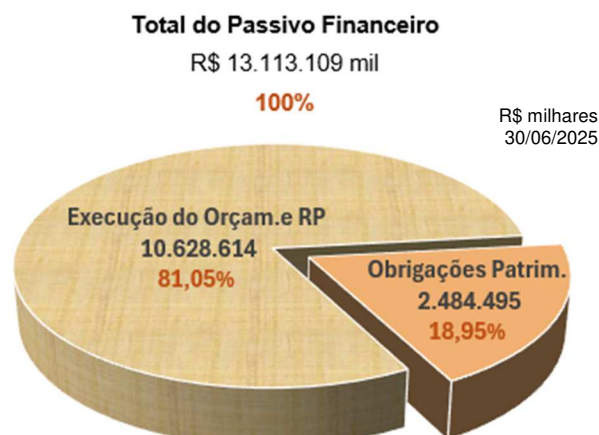
R\$ milhares

Passivo Financeiro - por órgão	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Polícia Federal	4.508.777	1.345.016	34,38	235,22
Polícia Rodoviária Federal	4.291.718	1.032.108	32,73	315,82
Secretaria Nacional de Segurança Pública	2.263.859	1.005.371	17,26	125,18
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.261.467	1.055.562	9,62	19,51
Secretaria Nacional de Políticas Penais	664.998	637.060	5,07	4,39
Secretaria Nacional Antidrogas	41.800	49.280	0,32	(15,18)
Secretaria Nacional do Consumidor	40.167	18.229	0,31	120,35
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	24.755	16.765	0,19	47,66
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	15.567	9.463	0,12	64,50
Total Geral	13.113.109	5.168.854	100,00	153,69

Fonte: Siafi.

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patronais, cujas representações constam na “Figura 15”.

Figura 15 – Composição do Passivo Financeiro



Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – Execução do Orçamento e de Restos a Pagar (contas 62 e 63)

Os passivos financeiros/orçamentários relativos à execução do orçamento e de restos a pagar representaram R\$ 10.628.614 mil (81,05%) do total do Passivo Financeiro no segundo trimestre de 2025. Sua distribuição por órgão, detalhada na “Tabela 15”, ocorreu da seguinte forma:

- a) R\$ 3.550.098 mil (33,40%) na PRF;
- b) R\$ 3.402.620 mil (32,01%) no PF;
- c) R\$ 1.926.556 (18,13%) na Senasp;
- d) R\$ 1.177.714 mil (11,08%) no MJSP;
- e) R\$ 460.727 mil (4,33%) no Senappen; e
- f) R\$ 110.899 mil (1,04%) nos demais órgãos do MJSP.

Tabela 15 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

R\$ milhares

Órgão	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Polícia Rodoviária Federal	3.550.098	491.816	33,40	621,83
Crédito Empenhado a Liquidar	3.312.820	-	31,17	-
RP Não Processados a Liquidar	202.332	123.432	1,90	63,92
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	34.446	-	0,32	-
RPNP a Liq. Bloq. Emendas RP 8 e 9, Dec. STF	500	-	0,00	-
Suspensão RPNP a Liq. – Emendas RP 8 e 9 (STF)	-	500	-	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	367.884	-	-
Polícia Federal	3.402.620	653.064	32,01	421,02
Crédito Empenhado a Liquidar	3.214.049	-	30,24	-
RP Não Processados a Liquidar	173.170	88.203	1,63	96,33
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	13.861	-	0,13	-
RPNP a Liquidar - Excetud. Art.105, Lei 14.133	1.540	1.646	0,01	(6,46)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	563.215	-	-
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.926.556	995.343	18,13	93,56
Crédito Empenhado a Liquidar	1.277.592	-	12,02	-
RP Não Processados a Liquidar	515.434	289.875	4,85	77,81
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	102.985	-	0,97	-
RPNP a Liq. Bloq. Emendas RP 8 e 9, Dec. STF	30.544	-	0,29	-
Suspensão RPNP a Liq. – Emendas RP 8 e 9 (STF)	-	59.194	-	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	646.274	-	-
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.177.714	988.774	11,08	19,11
RP Não Processados a Liquidar	745.771	424.399	7,02	75,72
Crédito Empenhado a Liquidar	397.606	-	3,74	-
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	34.312	-	0,32	-

RPNP a Liq. Bloq. Emendas RP 8 e 9, Dec. STF	25	-	0,00	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	558.209	-	-
Suspensão RPNP a Liq. – Emendas RP 8 e 9 (STF)	-	25	-	-
RPNP a Liquidar - Excetuad. Art.105, Lei 14.133	-	6.141	-	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	460.727	388.217	4,33	18,68
RP Não Processados a Liquidar	242.225	172.759	2,28	40,21
Crédito Empenhado a Liquidar	126.981	-	1,19	-
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	90.021	-	0,85	-
RPNP a Liq. Bloq. Emendas RP 8 e 9, Dec. STF	1.500	-	0,01	-
Suspensão RPNP a Liq. – Emendas RP 8 e 9 (STF)	-	1.500	-	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	213.957	-	-
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos	41.799	49.280	0,39	(15,18)
RP Não Processados a Liquidar	27.211	34.830	0,26	(21,87)
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	13.494	-	0,13	-
Crédito Empenhado a Liquidar	1.093	-	0,01	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	14.450	-	-
Secretaria Nacional do Consumidor	31.794	9.856	0,30	222,60
Crédito Empenhado a Liquidar	22.584	-	0,21	-
RP Não Processados a Liquidar	8.710	2.097	0,08	315,44
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	500	-	0,00	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	7.759	-	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	22.434	15.131	0,21	48,27
Crédito Empenhado a Liquidar	14.253	-	0,13	-
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	6.422	-	0,06	-
RP Não Processados a Liquidar	1.758	6.444	0,02	(72,72)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	8.686	-	-
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	14.872	8.870	0,14	67,66
Crédito Empenhado a Liquidar	7.517	-	0,07	-
RP Não Processados a Liquidar	7.251	104	0,07	6.894,45
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	104	-	0,00	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	8.767	-	-
Total Geral	10.628.614	3.600.351	100,00	195,21

Passivo Financeiro – Obrigações Patrimoniais (contas 21 e 22)

Os passivos financeiros referentes às obrigações patrimoniais, representaram R\$ 2.484.495 mil (18,95%) do Passivo Financeiro, no segundo trimestre de 2025, assim registrados:

- R\$ 1.106.157 mil (44,52%) na PF;
- R\$ 741.619 mil (29,85%) na PRF;
- R\$ 337.304 mil (13,58%) na Senasp;
- R\$ 204.271 mil (8,22%) no Senappen; e
- R\$ 95.144 mil (3,83%) nos demais órgãos do MJSP.

Os órgãos PF, PRF totalizaram, portanto, R\$ 1.847.776 mil (74,37%) do montante das referidas obrigações patrimoniais.

Conforme apresentado na “Tabela 16”, destaca-se que os “Salários, Remunerações e Benefícios” representaram R\$ 942.133 mil (37,92%) das obrigações patrimoniais.

Tabela 16 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

R\$ milhares

Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativas	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Polícia Federal	1.106.157	691.952	44,52	59,86
Salários, remunerações e benefícios	525.549	433.529	21,15	21,23
Polícia Rodoviária Federal	741.619	540.292	29,85	37,26
Salários, remunerações e benefícios	306.527	295.365	12,34	3,78
Secretaria Nacional de Segurança Pública	337.304	10.028	13,58	3.263,68
Secretaria Nacional de Políticas Penais	204.271	248.844	8,22	(17,91)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	83.753	66.788	3,37	25,40
Salários, remunerações e benefícios	50.320	35.977	2,03	39,87
Secretaria Nacional do Consumidor	8.373	8.373	0,34	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.322	1.634	0,09	42,05
Salários, remunerações e benefícios	1.319	904	0,05	45,90
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	695	593	0,03	17,17
Salários, remunerações e benefícios	402	287	0,02	40,09
Fundo Nacional Antidrogas	2	0	0,00	-
Total Geral	2.484.495	777.224	100,00	219,66

Fonte: Siafi.

Passivo Permanente

No segundo trimestre de 2025, na composição do Passivo Permanente – R\$ 1.979.211 mil, destaca-se a representação da PRF, totalizando R\$ 1.671.602 mil (84,46%); sendo R\$ 1.500.000 mil (75,79%) do referido montante referente ao registro contábil, em junho de 2025, de provisão para perdas judiciais e administrativas, classificado pela Portaria AGU nº 68, de 18 de novembro de 2022. Observa-se a distribuição do Passivo Permanente por órgão na "Tabela 17" e "Figura 16".

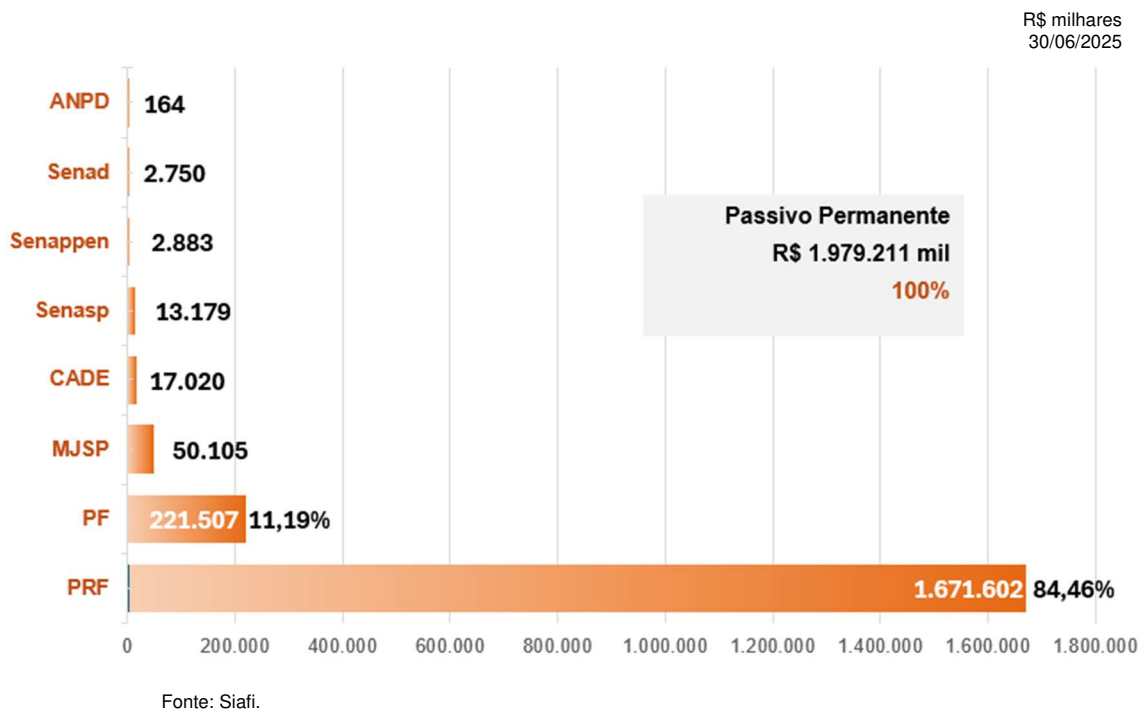
Tabela 17 – Passivo Permanente – composição por órgão

R\$ milhares

Passivo Permanente – por órgão	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Polícia Rodoviária Federal	1.671.602	1.585.752	84,46	5,41
Polícia Federal	221.507	143.701	11,19	54,14
Ministério Da Justiça e Segurança Pública	50.105	42.135	2,53	18,92
Conselho Administrativo De Defesa Econômica	17.020	16.902	0,86	0,70
Secretaria Nacional de Segurança Pública.	13.179	13.176	0,67	0,02
Secretaria Nacional de Políticas Penais	2.883	2.882	0,15	0,01
Secretaria Nacional Antidrogas	2.750	2.750	0,14	-
Autoridade Nacional De Proteção De Dados	164	147	0,01	12,20
Total Geral	1.979.211	1.807.445	100,00	9,50

Fonte: Siafi.

Figura 16 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



Nota 10 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP

Os “Atos Potenciais Passivos” são representados pela execução dos atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental. Contemplam os registros dos valores dos convênios e outros instrumentos congêneres firmados entre entidades e os registros provenientes dos valores de obrigações contratuais em que a administração pública é a contratante.

No órgão superior do MJSP, os “Atos Potenciais Passivos” são representados, portanto, pelos grupos de contas “Garantias e Contragarantias Concedidas”, “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos” e “Obrigações Contratuais”, de acordo com o “Quadro de Compensações” do Balanço Patrimonial.

Atos Potenciais Passivos: por Órgão

Conforme apresentado na “Tabela 18” e na “Figura 17”, os “Atos Potenciais Passivos” totalizaram R\$ 7.836.329 mil (100%), no segundo trimestre de 2025, assim registrados no MJSP:

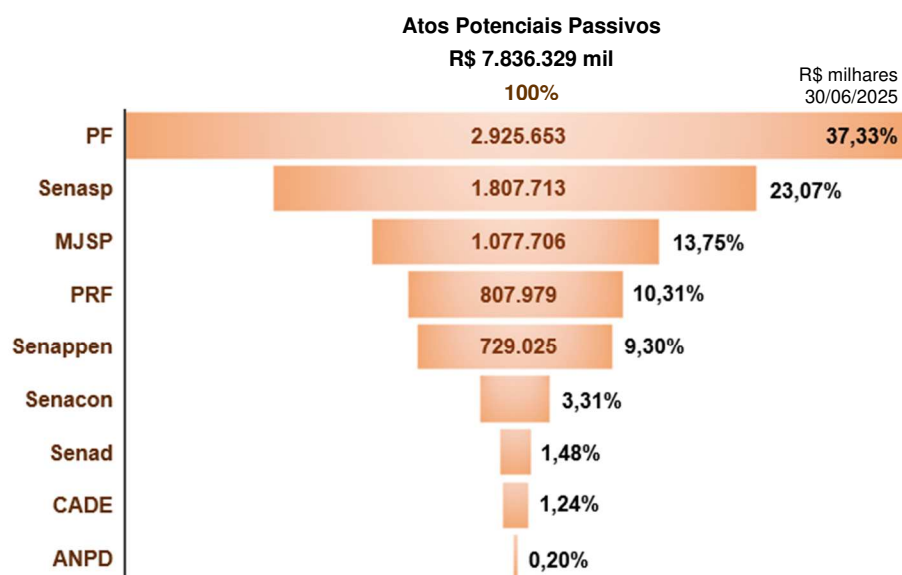
- R\$ 2.295.653 mil (37,33%) na PF;
- R\$ 1.807.713 mil (23,07%) na Senasp;
- R\$ 1.077.706 mil (13,75%) no MJSP;
- R\$ 807.979 mil (10,31%) na PRF;
- R\$ 729.025 mil (9,30%) na Senappen; e
- R\$ 488.254 mil (6,23%) nos demais órgãos (Senacon, Senad, CADE e ANPD).

Tabela 18 – Atos Potenciais Passivos – por órgão

R\$ milhares				
Atos potenciais Passivos - por órgão	30/06/2025	31/12/2024	AV %	AH %
Polícia Federal	2.925.653	2.791.604	37,33	4,80
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.807.713	1.604.944	23,07	12,63
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.077.706	1.151.608	13,75	-6,42
Polícia Rodoviária Federal	807.979	513.219	10,31	57,43
Secretaria Nacional de Políticas Penais	729.025	603.673	9,30	20,76
Secretaria Nacional do Consumidor	259.544	167.878	3,31	54,60
Secretaria Nacional Antidrogas	116.191	134.844	1,48	-13,83
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	97.202	100.869	1,24	-3,64
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	15.317	9.968	0,20	53,66
Total	7.836.329	7.078.606	100,00	10,70

Fonte: Siafi.

Figura 17 – Atos Potenciais Passivos – por órgão



Fonte: Siafi.

Atos Potenciais Passivos: por Grupo de Contas

Na análise por grupo de contas, no segundo trimestre de 2025, os Atos Potenciais Passivos somaram R\$ 7.836.329 mil; sendo R\$ 5.005.713 mil (63,88%) decorrentes de “Obrigações Contratuais”; e, R\$ 2.830.588 mil (36,12%), de “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”. Ressalta-se que as “Garantias e Contragarantias Concedidas” apresentaram o valor de R\$ 28 mil, cuja representação não impactou percentualmente no saldo dos Atos Potenciais Passivos.

Conforme apresentado na “Figura 18”, em junho de 2025, as “Obrigações Contratuais”, que totalizaram R\$ 5.005.713 mil (100%), foram assim compostas:

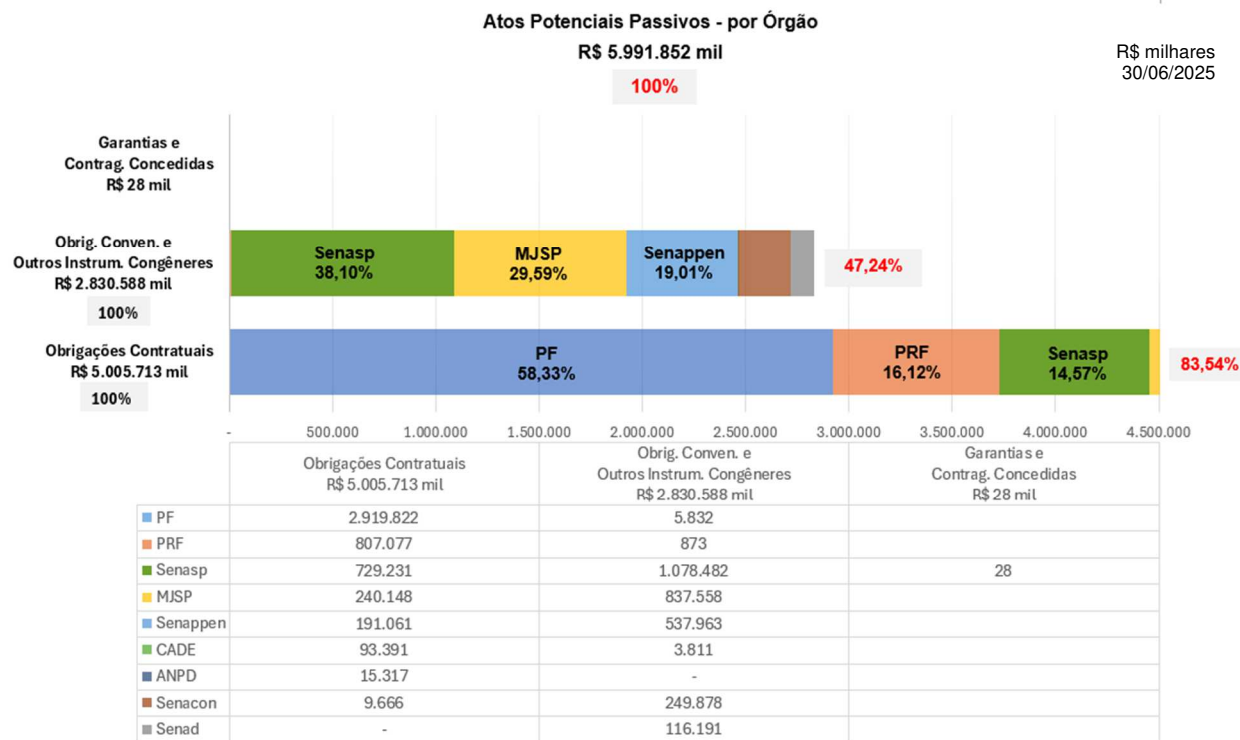
- R\$ 2.919.822 mil (58,33%) na PF;
- R\$ 807.077 mil (16,12%) na PRF;
- R\$ 729.231 mil (14,57%) na Senasp;
- R\$ 240.148 mil (4,80%) no MJSP;
- R\$ 191.061 mil (3,82%) na Senappen; e
- R\$ 118.375 mil (2,36%) nos demais órgãos do MJSP (CADE, ANPD e Senacon).

As “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”, que totalizaram R\$ 2.830.588 mil (100%), foram assim registradas:

- R\$ 1.078.482 mil (38,10%) na Senasp;
- R\$ 837.558 mil (29,59%) no MJSP;
- R\$ 537.963 mil (19,01%) na Senappen;

- d) R\$ 249.878 mil (8,83%) na Senacon; e
e) R\$ 126.707 mil (4,48%) nos demais órgãos do MJSP (Senad, PF, CADE e PRF).

Figura 18 – Atos Potenciais Passivos – por grupo de contas



Fonte: Siafi.

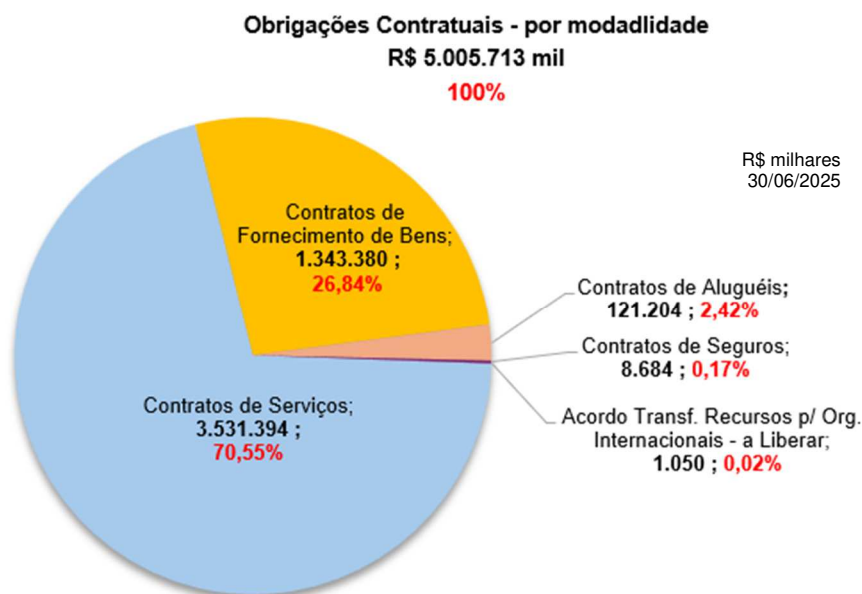
Destaca-se, conforme apresentado na “Figura 18”, que das “Obrigações Contratuais”, R\$ 5.005.713 mil, as quais contemplam os contratos em que a administração pública participa como contratante, R\$ 2.919.822 mil (58,33%) foram decorrentes da PF, R\$ 807.077 mil (16,12%) da PRF e R\$ 729.231 mil (14,57%) da Senasp, cujos órgãos somaram R\$ 4.456.130 mil (89,02%) de representação do referido grupo de contas.

Quanto às “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”, R\$ 2.454.003 mil (86,70%) dos registros foram compostos pelos órgãos Senasp, MJSP e Senappen; os quais representaram, respectivamente, R\$ 1.078.482 mil (38,10%); R\$ 837.558 mil (29,59%) e R\$ 537.963 mil (19,01%).

Atos Potenciais Passivos: Obrigações Contratuais - por Modalidade

No segundo trimestre de 2025, do total das “Obrigações Contratuais”, de R\$ 5.005.712 mil, registradas no órgão MJSP, conforme apresentado na “Figura 19”, R\$ 3.531.394 mil (70,55%) foram referentes aos contratos de serviços; e, R\$ 1.343.380 mil (26,84%), aos contratos de fornecimento de bens, os quais somaram R\$ 4.874.774 mil (97,38%) do total dos registros no referido grupo de contas.

Figura 19 – Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais – por modalidade



Fonte: Siafi.

Tabela 19 – Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais – por modalidade

R\$ milhares

Obrigações Contratuais - modalidade	30/06/2025	31/12/2024	AV%	AH%
Contratos de Serviços	3.531.394	3.132.498	70,55	12,73
Polícia Federal	2.399.280	2.297.102	47,93	4,45
Polícia Rodoviária Federal	636.673	364.059	12,72	74,88
Ministério da Justiça e Segurança Pública	219.934	244.369	4,39	-10,00
Secretaria Nacional de Políticas Penais	140.546	91.627	2,81	53,39
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	69.858	76.511	1,40	-8,69
Secretaria Nacional de Segurança Pública	43.867	43.580	0,88	0,66
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	11.569	5.336	0,23	116,81
Secretaria Nacional do Consumidor	9.666	9.914	0,19	-2,50
Contratos de Fornecimento de Bens	1.343.380	1.137.338	26,84	18,12
Secretaria Nacional de Segurança Pública	683.177	544.592	13,65	25,45
Polícia Federal	433.789	405.152	8,67	7,07
Polícia Rodoviária Federal	149.959	135.767	3,00	10,45
Secretaria Nacional de Políticas Penais	42.597	15.598	0,85	173,09
Ministério da Justiça e Segurança Pública	19.141	21.672	0,38	-11,68
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	14.681	14.520	0,29	1,11
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	37	37	0,00	0,00
Contratos de Aluguéis	121.204	106.955	2,42	13,32
Polícia Federal	86.753	82.842	1,73	4,72
Polícia Rodoviária Federal	14.885	6.488	0,30	129,43
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	8.852	6.028	0,18	46,85
Secretaria Nacional de Políticas Penais	7.003	7.003	0,14	0,00
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	3.712	4.595	0,07	-19,23
Contratos de Seguros	8.684	8.674	0,17	0,12
Polícia Rodoviária Federal	5.560	5.549	0,11	0,19
Secretaria Nacional de Segurança Pública	2.186	2.186	0,04	0,00
Secretaria Nacional de Políticas Penais	915	915	0,02	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	23	23	0,00	0,00
Polícia Federal	-	0	-	-
Acordo Transf. Recursos p/ Org. Internacionais - a Liberar	1.050	1.050	0,02	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.050	1.050	0,02	0,00
Total	5.005.713	4.386.515	100,00	14,12

Fonte: Siafi.

Com relação às “Obrigações Contratuais”, destacaram-se os contratos da Polícia Federal, totalizando R\$ 2.919.822 mil (58,33%) do referido grupo de contas, assim registrados:

- a) Contratos de Serviços: R\$ 2.399.280 mil (47,93%);
- b) Contratos de Fornecimento de Bens: R\$ 1.343.380 mil (26,84%); e
- c) Contratos de Aluguéis: R\$ 121.204 mil (2,42%).

Atos Potenciais Passivos: Obrig. Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres - por Modalidade

No segundo trimestre de 2025, conforme apresentado na “Tabela 20”, destacam-se os “Convênios e Outros Instrumentos Congêneres”, representando R\$ 2.830.588 mil (36,12%) do grupo de contas “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”; sendo R\$ 2.454.003 mil (86,70%), assim distribuídos entre os órgãos do MJSP:

- a) R\$ 1.078.482 mil (38,10%) na Senasp;
- b) R\$ 837.558 mil (29,59%) no MJSP; e
- c) R\$ 537.963 mil (19,01%) no Senappen.

Tabela 20 - Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres – por modalidade e por órgão

	R\$ milhares			
Convênios e Outros Instrum. Congêneres – modalidade	30/09/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Convênios e Instrumentos Congêneres	2.041.689	2.009.549	72,13	1,60
Secretaria Nacional de Segurança Pública	795.450	711.441	28,10	11,81
Ministério da Justiça e Segurança Pública	726.391	761.282	25,66	-4,58
Secretaria Nacional de Políticas Penais	428.242	457.059	15,13	-6,30
Secretaria Nacional Antidrogas	49.189	54.274	1,74	-9,37
Secretaria Nacional do Consumidor	42.417	25.492	1,50	66,39
Termo de Execução Descentralizada	788.898	682.514	27,87	15,59
Secretaria Nacional de Segurança Pública	283.032	303.144	10,00	-6,63
Secretaria Nacional do Consumidor	207.461	132.472	7,33	56,61
Ministério da Justiça e Segurança Pública	111.167	123.211	3,93	-9,78
Secretaria Nacional de Políticas Penais	109.721	31.470	3,88	248,66
Secretaria Nacional Antidrogas	67.002	80.570	2,37	-16,84
Polícia Federal	5.832	6.508	0,21	-10,40
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.811	3.811	0,13	0,00
Polícia Rodoviária Federal	873	1.329	0,03	-34,29
Total	2.830.588	2.692.063	100,00	5,15

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP

No segundo trimestre de 2025, os grupos de contas consolidados em "Pessoal e Encargos" nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, totalizaram R\$ 4.639.370 mil (13,67%) das Variações Patrimoniais Diminutivas, assim distribuídas entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 2.603.497 mil (56,12%) na PF;
- b) R\$ 1.746.253 mil (37,64%) na PRF;
- c) R\$ 197.066 mil (4,25%) na Senasp; e
- d) R\$ 92.554 mil (1,99%) nos demais órgãos (MJSP, CADE e ANPD).

Tabela 21 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

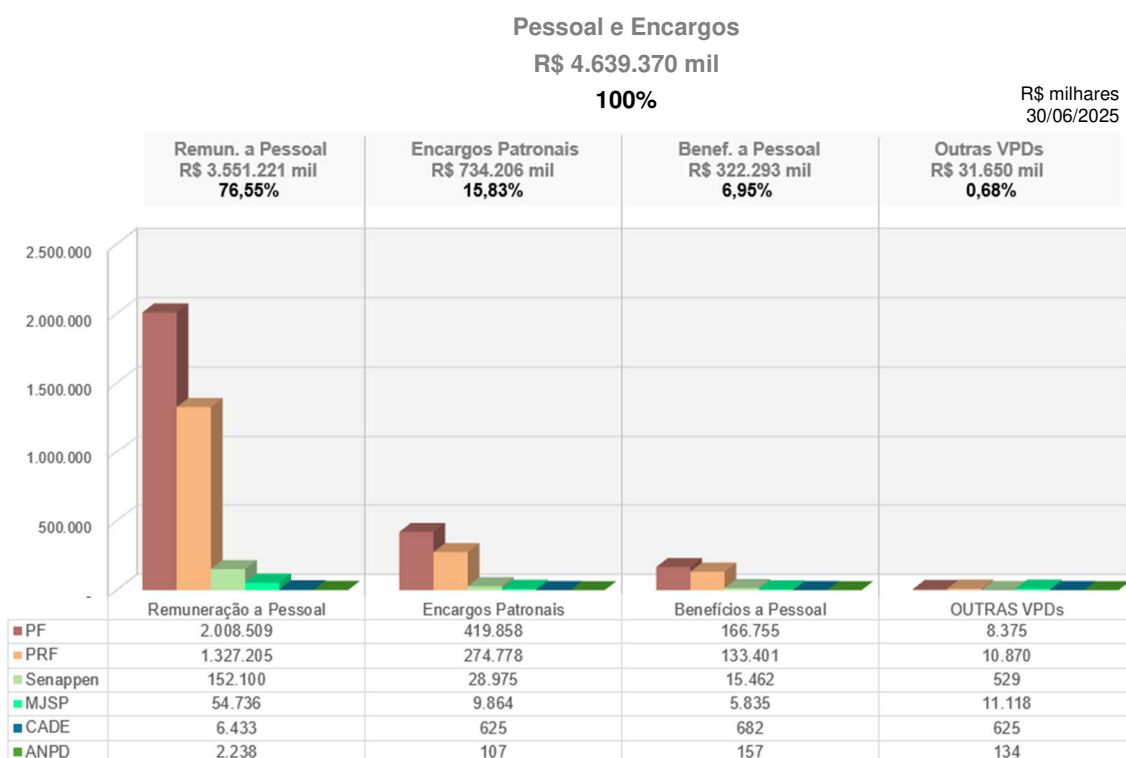
	R\$ milhares			
Pessoal e Encargos	30/06/2025	30/06/2024	AV%	AH%
Polícia Federal	2.603.497	2.547.484	56,12	2,20
Remuneração a Pessoal	2.008.509	1.967.258	43,29	2,10
Encargos Patronais	419.858	411.340	9,05	2,07
Benefícios a Pessoal	166.755	155.191	3,59	7,45
Outras VPD - Pessoal e Encargos	8.375	13.694	0,18	(38,84)

Polícia Rodoviária Federal	1.746.253	1.556.480	37,64	12,19
Remuneração a Pessoal	1.327.205	1.164.317	28,61	13,99
Encargos Patronais	274.778	267.464	5,92	2,73
Benefícios a Pessoal	133.401	123.505	2,88	8,01
Outras VPD - Pessoal e Encargos	10.870	1.193	0,23	810,86
Secretaria Nacional de Políticas Penais	197.041	158.597	4,25	24,24
Remuneração a Pessoal	152.100	126.560	3,28	20,18
Encargos Patronais	28.975	20.351	0,62	42,26
Benefícios a Pessoal	15.462	11.557	0,33	33,79
Outras VPD - Pessoal e Encargos	529	130	0,01	307,13
Ministério da Justiça e Segurança Pública	81.554	75.930	1,76	7,41
Remuneração a Pessoal	54.736	51.683	1,18	5,91
Outras VPD - Pessoal e Encargos	11.118	8.896	0,24	24,99
Encargos Patronais	9.864	9.563	0,21	3,15
Benefícios a Pessoal	5.835	5.789	0,13	0,81
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	8.365	7.400	0,18	13,03
Remuneração a Pessoal	6.433	5.725	0,14	12,38
Benefícios a Pessoal	682	581	0,01	17,29
Encargos Patronais	625	597	0,01	4,62
Outras VPD - Pessoal e Encargos	625	497	0,01	25,65
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	2.635	2.239	0,06	17,71
Remuneração a Pessoal	2.238	1.967	0,05	13,76
Benefícios a Pessoal	157	35	0,00	348,10
Outras VPD - Pessoal e Encargos	134	121	0,00	10,36
Encargos Patronais	107	116	0,00	(7,73)
Total Geral	4.639.370	4.348.139	100,00	6,70

Fonte: Siafi.

Conforme demonstrado na “Figura 20”, “Remuneração a Pessoal” foi correspondente a R\$ 3.551.221 mil (76,55%) do total dos dispêndios com “Pessoal e Encargos”. Destaca-se que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal totalizaram R\$ 3.335.714 mil (93,93%) de “Remuneração a Pessoal”, sendo R\$ 2.008.509 mil (56,56%) na PF e R\$ 1.327.205 mil (37,37%) na PRF.

Figura 20 – Pessoal e Encargos – por subgrupo de contas



Fonte: Siafi.

Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No segundo trimestre de 2025, as receitas realizadas classificadas como “Demais Receitas Patrimoniais” totalizaram R\$ 1.270.095,17 mil, correspondendo a 39,60% do montante arrecadado em receitas correntes, conforme apresentado no Balanço Orçamentário. Esse saldo inclui as receitas provenientes de concursos de prognósticos, abrangendo sorteios de números, loterias e apostas, inclusive aquelas realizadas em reuniões hípicas, administradas pela Caixa Econômica Federal. A arrecadação dessas receitas está prevista no Capítulo III da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que também estabelece os percentuais de destinação dos valores arrecadados, de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na “Tabela 22”, a Secretaria Nacional de Segurança Pública representou R\$ 986.411,55 mil (77,66%) das receitas realizadas classificadas como “Demais Receitas Patrimoniais”, sendo R\$ 759.502,55 mil (59,80%) provenientes da participação da União em loterias de prognósticos numéricos.

Tabela 22 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

	R\$ milhares	
Demais Receitas Patrimoniais Realizadas	30/06/2025	AV%
Secretaria Nacional de Segurança Pública	986.412	77,66
Participação da União em Receitas de Loterias de Prognósticos Numéricos	759.503	59,80
Participação da União em Receitas de Loterias de Apostas Quota Fixa	205.820	16,21
Participação da União em Receitas de Loterias Instantânea	13.898	1,09
Participação da União em Receita de Loteria Federal	3.252	0,26
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	2.991	0,24
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	949	0,07
Secretaria Nacional de Políticas Penais	276.957	21,81
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	275.944	21,73
Participação da União em Receita de Loteria Federal	603	0,05
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	410	0,03
Polícia Federal	6.726	0,53
Participação da União em Receitas de Loterias de Apostas Quota Fixa	6.726	0,53
Total	1.270.095	100,00

Fonte: Siafi

Nota 13 – Receitas – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No segundo trimestre de 2025, as receitas realizadas registradas na rubrica contábil “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais” apresentaram saldo de R\$ 902.416 mil (28,14%) em relação ao total das receitas correntes realizadas.

A composição do referido montante foi proveniente sobretudo dos seguintes registros nos órgãos do MJSP:

- a) PRF, R\$ 598.429 mil (66,31%); dos quais R\$ 588.426 (65,21%) advêm da receita líquida arrecadada por meio das multas previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.
- b) Senacon, R\$ 274.477 mil (30,42%); originados da arrecadação de multas estabelecidas pela legislação pertinente à defesa dos direitos difusos. Tais recursos destinam-se à execução de medidas voltadas à reparação e à prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, bem como à repressão de infrações contra a ordem econômica e outros interesses coletivos e difusos; e

A PRF e a Senacon, portanto, somaram R\$ 872.906 mil (96,73%) das receitas realizadas relativas à “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”.

Isto posto, os demais órgãos representaram somente R\$ 29.510 mil (3,27%) dos registros remanescentes.

Tabela 23 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – por órgão	30/06/2025	AV%
Polícia Rodoviária Federal	598.429	66,31
Secretaria Nacional do Consumidor	274.477	30,42
Polícia Federal	20.133	2,23
Secretaria Nacional de Políticas Penais	8.520	0,94
Secretaria Nacional de Segurança Pública	541	0,06
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos	315	0,03
Total Geral	902.416	100,00

Fonte: Siafi.

Tabela 24 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por conta contábil

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – conta contábil	30/06/2025	AV%
Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	588.426	65,21
Polícia Rodoviária Federal	588.426	65,21
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	274.477	30,42
Secretaria Nacional do Consumidor	274.477	30,42
Multas Previstas em Legislação Específica	30.014	3,33
Polícia Federal	19.568	2,17
Polícia Rodoviária Federal	9.730	1,08
Secretaria Nacional de Segurança Pública	541	0,06
Secretaria Nacional Antidrogas	174	0,02
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	8.520	0,94
Secretaria Nacional de Políticas Penais	8.520	0,94
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	706	0,08
Polícia Federal	565	0,06
Secretaria Nacional Antidrogas	141	0,02
Multas e Juros Previstos em Contratos	273	0,03
Polícia Rodoviária Federal	273	0,03
Total Geral	902.416	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. No segundo trimestre de 2025, o resultado orçamentário do MJSP registrou um saldo negativo de R\$ - 13.790.265 mil, influenciado, principalmente, pelos desempenhos da PF e PRF.

A PF contribuiu para esse déficit com R\$ -7.300.401 mil, correspondendo a 52,94% do resultado negativo; a PRF impactou o saldo em R\$ -5.766.032 mil, representando 41,81%.

Dessa forma, os referidos órgãos, em conjunto, foram responsáveis por um montante de R\$ - 13.066.433 mil, o que equivale a 94,75% do déficit total apresentado pelo MJSP, conforme demonstrado na “Tabela 25” a seguir.

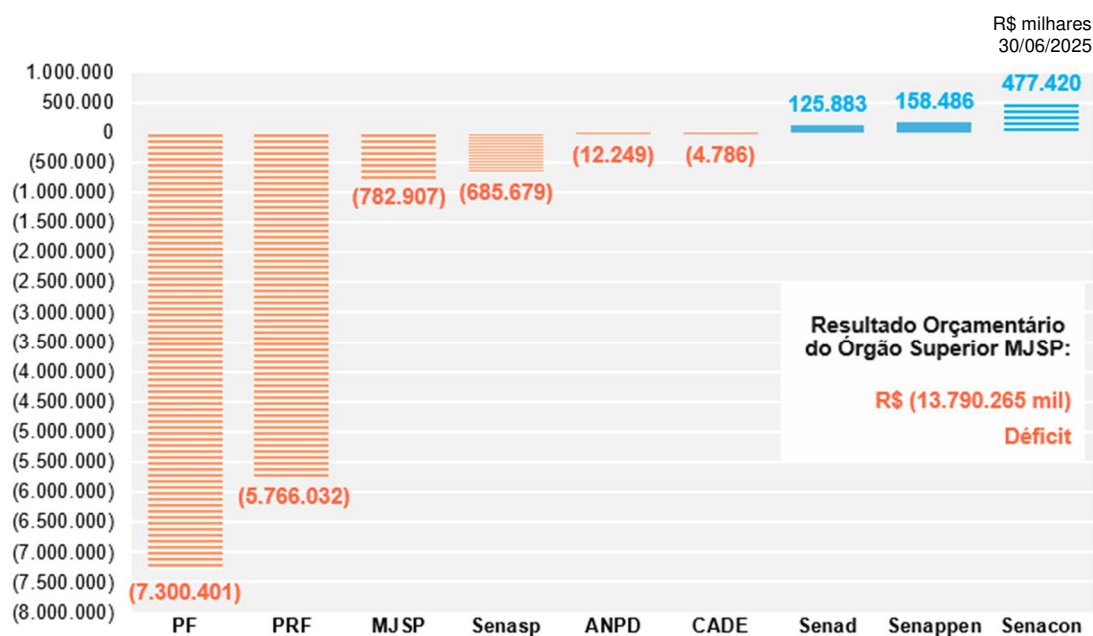
Tabela 25 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares
30/06/2025

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	486.307	7.786.708	(7.300.401)	52,94
Polícia Rodoviária Federal	610.105	6.376.137	(5.766.032)	41,81
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.309	785.216	(782.907)	5,68
Secretaria Nacional de Segurança Pública.	1.112.205	1.797.884	(685.679)	4,97
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	0	12.249	(12.249)	0,09
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	32.021	36.807	(4.786)	0,03
Secretaria Nacional Antidrogas	127.157	1.274	125.883	(0,91)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	339.812	181.326	158.486	(1,15)
Secretaria Nacional do Consumidor	500.004	22.585	477.420	(3,46)
Total	3.209.920	17.000.185	(13.790.265)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 21 – Resultado Orçamentário – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO

As despesas orçamentárias são representadas pelas aquisições de materiais de consumo, pagamentos de diárias, contribuições, subvenções, auxílios-alimentação, auxílios-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de despesa. Dependem de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para serem efetivadas.

No segundo trimestre de 2025, registrou-se o empenho de R\$ 3.291.742 mil em "Outras Despesas Correntes", ou seja, 19,36% do total das despesas orçamentárias empenhadas, demonstrado no balanço.

A execução das despesas classificadas como "Outras Despesas Correntes" foi evidenciada na "Tabela 26", com a apresentação dos montantes das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por órgão vinculado ao MJSP.

Do total das despesas pagas como “Outras Despesas Correntes”, R\$ 1.282.346 mil, cabe ressaltar que R\$ 374.021 mil (89,38%) foram registrados da seguinte maneira:

- a) R\$ 603.480 mil (47,06%) na PF;
- b) R\$ 332.613 mil (25,94%) na PRF; e
- c) R\$ 205.629 mil (16,04%) na SENASP.

Os demais órgãos registraram R\$ 140.624 mil (10,97%) de “Outras Despesas Correntes”

Tabela 26 – Outras Despesas Correntes – por órgão

R\$ milhares
30/06/2025

Órgão	Despesas Empenhadas	AV (%)	Despesas Liquidadas	AV(%)	Despesas Pagas	AV(%)	Execução (%) Desp. Paga/ Desp. Empenhada
Polícia Federal	1.245.038	37,82	767.859	46,82	603.480	47,06	48,47
Secretaria Nacional de Segurança Pública	958.267	29,11	311.978	19,02	205.629	16,04	21,46
Polícia Rodoviária Federal	734.089	22,30	410.787	25,05	332.613	25,94	45,31
Ministério da Justiça e Segurança Pública	178.218	5,41	79.735	4,86	73.285	5,71	41,12
Secretaria Nacional de Políticas Penais	128.925	3,92	52.617	3,21	50.778	3,96	39,39
Conselho Administ. de Defesa Econômica	24.226	0,74	14.687	0,90	14.187	1,11	58,56
Secretaria Nacional do Consumidor	14.688	0,45	0	0,00	0	0,00	0,00
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	7.016	0,21	2.298	0,14	2.193	0,17	31,26
Secretaria Nacional Antidrogas	1.274	0,04	181	0,01	181	0,01	14,19
Total Geral	3.291.742	100,00	1.640.141	100,00	1.282.346	100,00	38,96

Fonte: Siafi

Nota 16 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados – Anexo 1 – BO

Serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: o serviço ou material contratado, que tenha sido prestado ou entregue, e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor (despesa em liquidação); ou, com prazo vigente para cumprimento da obrigação assumida pelo credor (despesa a liquidar).

Isto posto, compõe o balanço orçamentário, o quadro “Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP)”, cujos valores encontram-se assim detalhados:

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Ao final do segundo trimestre de 2025, os “Restos a Pagar Não Processados – Inscritos em Exercícios Anteriores”, totalizaram R\$ 1.211.150 mil (100%), assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 430.565 mil (35,55%) no MJSP;
- b) R\$ 349.069 mil (28,82%) na Senasp;
- c) R\$ 174.260 mil (14,39%) na Senappen;
- d) R\$ 123.932 mil (10,23%) na PRF;
- e) R\$ 89.849 mil (7,42%) na PF; e
- f) R\$ 43.475 mil (3,59%) nos demais órgãos.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Os “Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior” somaram R\$ 2.389.231 mil (100%), cujo montante foi assim composto pelos órgãos vinculados do MJSP:

- a) R\$ 646.274 mil (27,05%) no Senasp;
- b) R\$ 563.215 mil (23,57%) na PF;
- c) R\$ 558.219 mil (23,36%) no MJSP;
- d) R\$ 367.904 mil (15,40%) na PRF;
- e) R\$ 213.957 mil (8,96%) no Senappen; e
- f) R\$ 39.662 mil (1,66%) nos demais órgão.

No quadro do “Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados” do Balanço Orçamentário, referente a junho de 2025, foram detalhados os seguintes saldos de restos a pagar não processados no MJSP

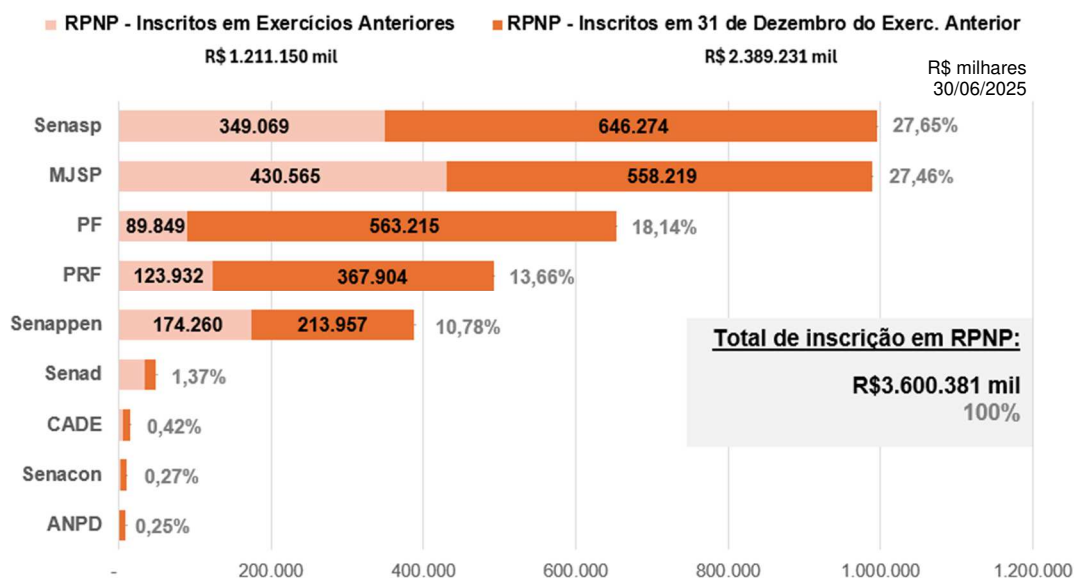
Liquidados: R\$ 1.273.877 mil, representando o montante de restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição.

Pagos: R\$ 1.100.245 mil, representando os valores de restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados: R\$ 72.382 mil, correspondente ao cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar: R\$ 2.427.754 mil, referente ao saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Figura 22 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por órgão



Fonte: Siafi.

No final do segundo trimestre de 2025, conforme apresentado na “Figura 22”, o montante dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior), de R\$ 3.600.381 (100%), foram assim registrados por órgão:

- a) R\$ 995.343 mil (27,63%) na Senasp;
- b) R\$ 988.784 mil (27,45%) no MJSP;
- c) R\$ 653.064 mil (18,13%) na PF;
- d) R\$ 491.836 mil (13,66%) na PRF;

- e) R\$ 388.217 mil (10,78%) na Senappen; e
f) R\$ 83.137 mil (2,31%) nos demais órgãos.

Tabela 27 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por conta contábilR\$ milhares
30/06/2025

Despesa Orçamentárias	RPNP - Inscritos em Ex. Anteriores	RPNP - Inscritos em 31/12/2024	Total de RPNP	AV%
DESPESAS CORRENTES	175.186	877.390	1.052.576	29,24
Pessoal e Encargos Sociais	9.770	61.157	70.927	1,97
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.127	21.941	26.068	0,72
Ressarcimento de Despesas do Pessoal Requisitado	408	24.503	24.911	0,69
Obrigações Patronais	3.832	2.301	6.133	0,17
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	214	4.419	4.633	0,13
Contribuição a Entidade Fechada de Previdência	576	2.301	2.878	0,08
Pensões	220	2.125	2.345	0,07
Sentenças Judiciais	342	1.903	2.246	0,06
Demais Itens de Despesa Corrente - Pessoal e Encargos	50	1.664	1.713	0,05
Outras Despesas Correntes	937.564	816.233	981.649	27,27
Serviços de Tecnologia da Inform. e Comunicação - PJ	43.670	183.907	227.576	6,32
Material de Consumo	24.442	200.221	224.663	6,24
Contribuições	40.183	165.267	205.450	5,71
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op. Int. Orç.	29.102	160.828	189.931	5,28
Locação de Mão-de-Obra	8.996	62.287	71.283	1,98
Passagens e Despesas com Locomoção	2.796	13.771	16.567	0,46
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	13.922	2.405	16.327	0,45
Indenizações e Restituições	1.391	13.875	15.266	0,42
Serviços de Consultoria	298	4.949	5.247	0,15
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	295	3.547	3.842	0,11
Demais Itens de Desp. Corrente - Outras Desp. Correntes	321	5.177	5.497	0,15
DESPESAS DE CAPITAL	1.035.964	1.511.841	2.547.805	70,76
Investimentos	1.035.964	1.511.841	2.547.805	70,76
Contribuições	622.873	523.497	1.146.370	31,84
Equipamentos e Material Permanente	141.068	766.376	907.443	25,20
Obras e Instalações	147.332	182.423	329.756	9,16
Auxílios	111.306	15.102	126.408	3,51
Demais Itens de Despesa de Capital - Investimentos	13.384	24.444	37.828	1,05
Total RPNP Inscritos	1.211.150	2.389.231	3.600.381	100,00

Fonte: Siafi.

Destaca-se, na “Tabela 27”, que R\$ 2.547.805 mil (70,76%) dos Restos a Pagar não Processados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior) referem-se a investimentos (despesas de capital).

Nota 17 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Anexo 2 – BO

Serão inscritas em restos a pagar processados e não processados liquidados as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, a obra ou o material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

No caso das despesas orçamentárias inscritas em restos a pagar processados e não processados liquidados, verifica-se na execução o cumprimento dos estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o pagamento. Neste caso, em geral, não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens ou serviços satisfaz a obrigação de fazer e a Administração conferiu essa obrigação. Portanto, não poderá deixar de exercer a obrigação de pagar, salvo motivo previsto na legislação pertinente.

Isto posto, compõe o balanço orçamentário, o quadro “Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados”, cujos valores encontram-se assim detalhados:

Inscritos em Exercícios Anteriores

Ao final do segundo trimestre de 2025, os “Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados”, inscritos em Exercícios Anteriores, totalizaram R\$ 59.503 mil (100%), assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 49.086 mil (82,49%) na Senappen;
- b) R\$ 3.814 mil (6,41%) no MJSP;
- c) R\$ 2.522 mil (4,24%) na Senacon;
- d) R\$ 2.444 mil (4,11%) na Senasp;
- e) R\$ 1.535 mil (2,58%) na PRF; e
- f) R\$ 103 mil (0,17%) na PF.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Os “Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior” somaram 1.420.178 mil (100%), cujo montante foi assim composto pelos órgãos vinculados do MJSP:

- a) R\$ 668.939 mil (47,10%) na PF;
- b) R\$ 473.602 mil (33,35%) na PRF;
- c) R\$ 199.321 mil (14,03%) na Senappen;
- d) R\$ 62.884 mil (4,43%) no MJSP; e
- e) R\$ 15.433 mil (1,09%) nos demais órgãos.

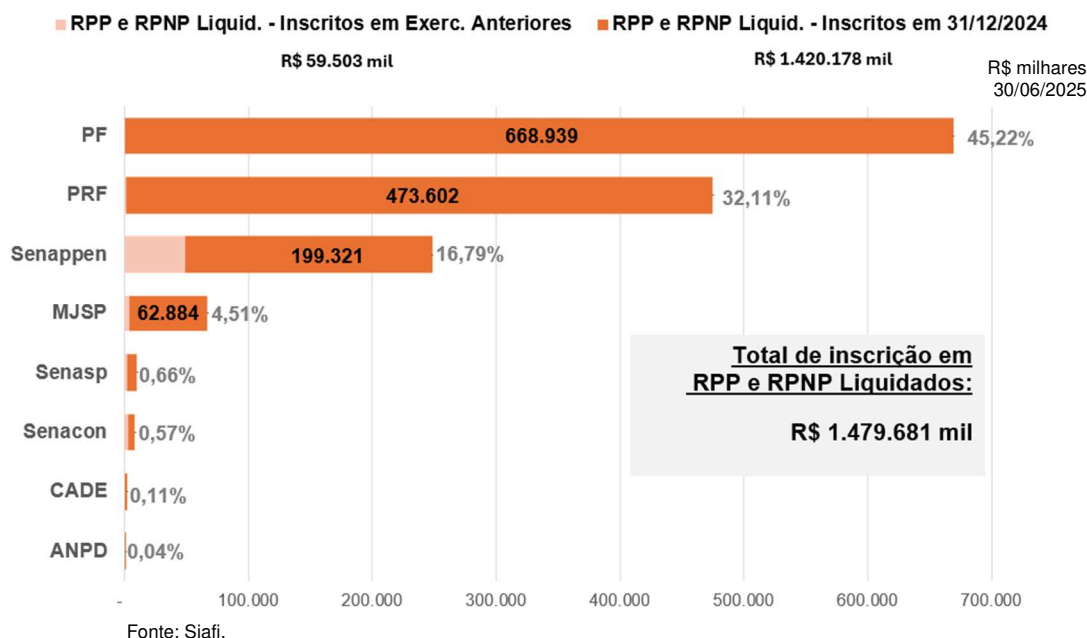
Foram detalhados ademais, no quadro do “Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados” do balanço orçamentário, em junho de 2025, no órgão superior do MJSP, os seguintes saldos de restos a pagar processados e não processados liquidados:

Pagos: R\$ 1.249.004 mil, correspondente ao valor dos restos a pagar processados e não processados liquidados pagos.

Cancelados: R\$ 358 mil, referente ao cancelamento de restos a pagar processados e não processados liquidados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar: R\$ 230.319 mil, compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

Figura 23 – Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – por órgão



No final do segundo trimestre de 2025, conforme apresentado na “Figura 23”, o montante dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior), de R\$ 1.479.681 mil (100%), foram assim registrados por órgão:

- R\$ 669.041 mil (45,22%) na PF;
- R\$ 475.137 mil (32,11%) na PRF;
- R\$ 248.406 mil (16,79%) no Senappen;
- R\$ 66.699 mil (4,51%) no MJSP;
- R\$ 20.398 mil (1,38%) nos demais órgãos.

Tabela 28 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por conta contábil

R\$ milhares
30/06/2025

Despesa Orçamentárias	RPP e RPNP Liquid. Inscritos em Exerc. Anteriores	RPP e RPNP Liquid. Inscritos em 31/12/2024	Total de RPP e RPNP Liquid.	AV%
DESPESAS CORRENTES	2.671	1.175.280	1.177.951	79,61
Pessoal e Encargos Sociais	231	1.020.241	1.020.472	68,97
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	133	653.902	654.034	44,20
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	7	258.766	258.773	17,49
Pensões	3	91.478	91.481	6,18
Demais Itens de Despesa Corrente - Pessoal e Encargos	88	16.095	16.183	1,09
Outras Despesas Correntes	2.440	155.039	157.479	10,64
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orç.	1.340	49.371	50.711	3,43
Auxílio-Alimentação	-	29.526	29.526	2,00
Indenizações e Restituições	0	23.942	23.943	1,62
Locação de Mão-de-obra	472	13.891	14.364	0,97
Material de Consumo	105	11.461	11.566	0,78
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	0	7.822	7.822	0,53
Passagens e Despesas com Locomoção	-	6.450	6.450	0,44
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10	4.791	4.802	0,32
Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar	-	3.026	3.026	0,20
Demais Itens de Despesa Corrente - Outras Despesas Correntes	512	4.759	5.271	0,36
DESPESAS DE CAPITAL	56.832	244.898	301.730	20,39
Investimentos	56.832	244.898	301.730	20,39
Auxílios	48.761	198.323	247.084	16,70
Equipamentos de Material Permanente	3.515	24.315	27.830	1,88
Contribuições	4.430	12.573	17.003	1,15
Demais Itens de Despesa de Capital - Investimentos	125	9.687	9.812	0,66
Total Geral	59.503	1.420.178	1.479.681	100,00

Fonte: Siafi.

Destaca-se, na “Tabela 28”, que R\$ 1.020.472 mil (68,97%) dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior) referem-se a despesas de “Pessoal e Encargos Sociais” (despesas correntes).

Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União do MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo essas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 29”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 30”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 29 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares
30/06/2025

Ingressos						
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025		30/06/2025		30/06/2025	
	(A: Sem Consolidação)	AV%	(B: Com Consolidação)	AV%	(A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	33.138.636	100,00	11.239.774	100,00	21.898.863	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	23.145.016	69,84	7.856.820	69,90	15.288.196	69,81
Cota Recebida	7.856.820	23,71	7.856.820	69,90	-	-
Repasso Recebido	7.461.013	22,51	-	-	7.461.013	34,07
Sub-repasso Recebido	7.739.526	23,35	-	-	7.739.526	35,34
Repasso Devolvido	87.634	0,26	-	-	87.634	0,40
Sub-repasso Devolvido	23	0,00	-	-	23	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	9.993.620	30,16	3.382.954	30,10	6.610.667	30,19
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.290.303	9,93	1.082.003	9,63	2.208.301	10,08
Demais Transferências Recebidas	6.317.568	19,06	2.300.951	20,47	4.016.616	18,34
Movimentação de Saldos Patrimoniais	385.750	1,16	-	-	385.750	1,76

Fonte: SIAFI.

Tabela 30 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

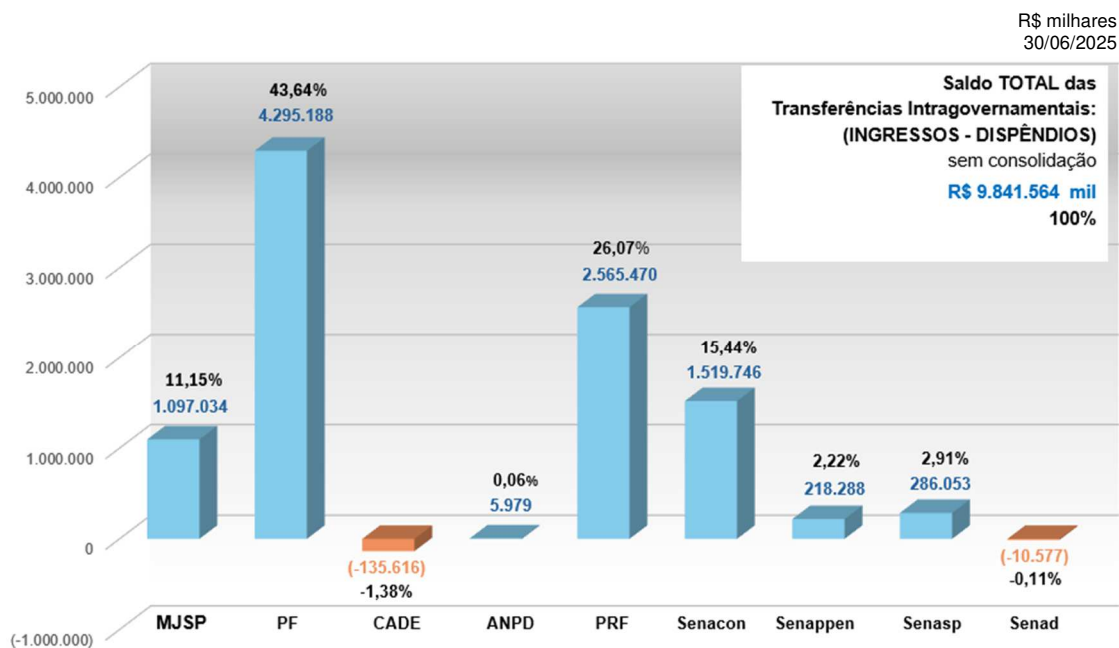
R\$ milhares
30/06/2025

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2025		30/06/2025		30/06/2025	
	(A: Sem Consolidação)	AV%	(B: Com Consolidação)	AV%	(A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	23.297.072	100,00	1.398.210	100,00	21.898.863	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	15.309.034	65,71	20.838	1,49	15.288.196	69,81
Repasso Concedido	7.481.698	32,11	20.686	1,48	7.461.013	34,07
Sub-repasso Concedido	7.739.526	33,22	-	-	7.739.526	35,34
Cota Devolvida	152	0,00	152	0,01	-	-
Repasso Devolvido	87.634	0,38	-	-	87.634	0,40
Sub-repasso Devolvido	23	0,00	-	-	23	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	7.988.039	34,29	1.377.372	98,51	6.610.667	30,19
Transferências Concedidas para Pagto. de RP	2.208.301	9,48	-	-	2.208.301	10,08
Demais Transferências Concedidas	4.016.616	17,24	-	-	4.016.616	18,34
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.763.122	7,57	1.377.372	98,51	385.750	1,76

Fonte: SIAFI.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiro deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 24” a seguir.

Figura 24 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



Fonte: Siafi.

Nota 19 – Segurança Pública – DFC

Na estrutura das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), os fluxos de caixa operacionais, consolidados do setor público, em sentido amplo, proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo financia em suas atividades correntes, por meio da tributação e outras cobranças recorrentes.

Os dispêndios relacionados à Segurança Pública, que compõe a rubrica Pessoal e Demais Despesas, representaram R\$ - 5.065.080 mil (15,37%), no 2º trimestre de 2025, do total dos desembolsos apresentados nas DFC.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, R\$ -2.734.326 mil (53,98%) e R\$ -1.744.690 mil (34,45%), somando R\$ - 4.479.016 mil (88,43%) do total dos desembolsos com Segurança Pública, conforme apresentado na "Figura XX". Os demais órgãos totalizaram R\$ -586.064 mil (11,57%).

Figura 25 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão

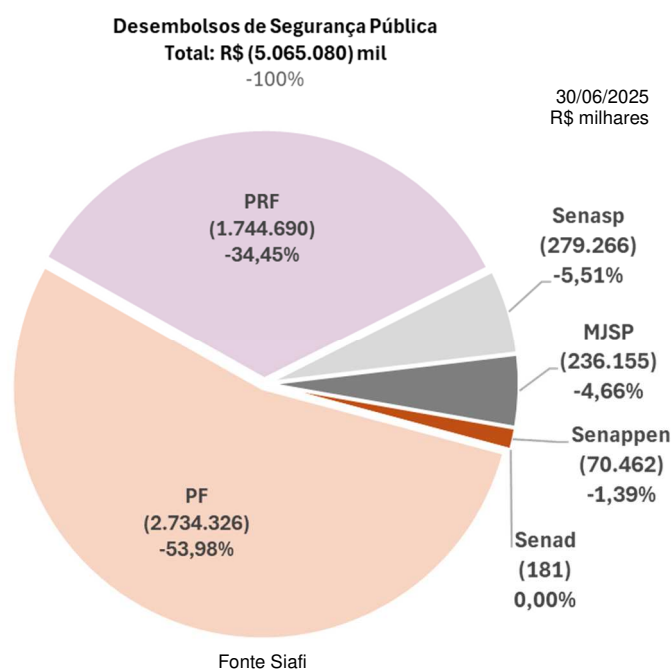


Tabela 31 – Desembolsos – Segurança Pública por Órgão

R\$ milhares

Órgão	30/06/2025	30/06/2024	AV%	AH%
Polícia Federal	(2.734.326)	(2.711.947)	53,98	0,83
Polícia Rodoviária Federal	(1.744.690)	(1.670.904)	34,45	4,42
Secretaria Nacional de Segurança Pública	(279.266)	(278.897)	5,51	0,13
Ministério Da Justiça e Segurança Pública	(236.155)	(201.333)	4,66	17,30
Secretaria Nacional de Políticas Penais	(70.462)	(68.910)	1,39	2,25
Secretaria Nacional Antidrogas	(181)	(89)	0,00	102,90
Total Geral	(5.065.080)	(4.932.079)	100,00	2,70

Fonte Siafi

Na “Tabela 32”, a seguir, foram detalhados os desembolsos de segurança pública por item:

Tabela 32 – Desembolsos – Segurança Pública por item

R\$ milhares
30/06/2025

Desembolso - Segurança Pública	30/06/2025	30/06/2024	AV%	AH%
Subsídios	(2.862.011)	(2.687.762)	56,50	6,48
Diárias no País	(274.551)	(287.558)	5,42	(4,52)
Auxílio-Alimentação Cívica	(174.276)	(138.480)	3,44	25,85
13º Salário	(164.115)	(161.324)	3,24	1,73
Férias - 1/3 Constitucional	(143.274)	(137.727)	2,83	4,03
Serviços Gráficos e Editoriais	(103.833)	(133.044)	2,05	(21,96)
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	(87.115)	(60.745)	1,72	43,41
Gratificação por Exercício de Cargo Efetivo	(65.932)	(87.628)	1,30	(24,76)
Ressarcimento Assistência Médica/Odontológica	(57.653)	(42.302)	1,14	36,29
Vencimentos e Salários	(51.586)	(109.119)	1,02	(52,73)
Explosivos e Munições	(49.839)	(5.183)	0,98	861,49
Abono de Permanência	(48.927)	(42.514)	0,97	15,09

Limpeza e Conservação	(45.347)	(37.128)	0,90	22,14
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	(45.292)	(41.552)	0,89	9,00
Serv. Médico-hospitalar., Odontol. e Laboratoriais	(44.922)	(40.027)	0,89	12,23
Diárias a Colaboradores Eventuais no País	(41.009)	(26.291)	0,81	55,98
Vigilância Ostensiva	(40.693)	(25.456)	0,80	59,86
Gratificação p/ Exercício de Cargo em Comissão	(40.601)	(37.184)	0,80	9,19
Locação de Imóveis	(39.484)	(30.046)	0,78	31,41
Passagens para o País	(38.429)	(31.434)	0,76	22,25
Serviços de Energia Elétrica	(31.524)	(31.559)	0,62	(0,11)
Vigilância Ostensiva/Monitorada/Rastreamento	(29.603)	(29.129)	0,58	1,63
Serviços Técnicos Profissionais	(29.507)	(37.597)	0,58	(21,52)
Contribuição Patronal - Funpresp Lei 12618/12	(27.068)	(25.251)	0,53	7,20
Material p/ Manutenção de Veículos	(24.176)	(23.071)	0,48	4,79
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos da APF	(23.536)	(22.587)	0,46	4,20
Retribuição Básica no Exterior - Civil (Lei 5.809/1972)	(21.667)	(16.199)	0,43	33,76
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	(18.933)	(16.202)	0,37	16,86
Suprimento de Aviação	(17.768)	(7.313)	0,35	142,96
Locação de Softwares	(16.815)	(78.443)	0,33	(78,56)
Auxílio-Creche Civil	(15.557)	(11.792)	0,31	31,93
Comunicação de Dados e Redes em Geral	(15.376)	(11.988)	0,30	28,27
Indenização de Moradia - Pessoal Civil	(14.784)	(9.937)	0,29	48,77
Suporte de Infraestrutura de TIC	(14.218)	(14.189)	0,28	0,20
Manutenção e Conserv. de Veículos	(14.178)	(12.168)	0,28	16,52
Serviços Técnicos Profissionais de TIC	(13.901)	(11.122)	0,27	24,99
Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis	(12.550)	(8.492)	0,25	47,79
Indenização de Representação no Exterior - IREX	(12.499)	(9.377)	0,25	33,29
Material de Proteção e Segurança	(12.220)	(14.999)	0,24	(18,53)
Manutenção Corretiva/Adaptativa e Sustentação de Softwares	(11.931)	(17.460)	0,24	(31,67)
Serviços de Comunicação em Geral	(11.596)	(9.748)	0,23	18,95
Computação em Nuvem - Software como Serviço (SAAS)	(11.086)	(624)	0,22	1.675,47
Gratificação por Encargo de Curso e Concurso - GECC	(9.836)	(6.177)	0,19	59,24
Auxílio a Participantes de Curso de Formação	(9.628)	(15)	0,19	64.737,03
Serviços em Itens Reparáveis de Aviação	(9.616)	(9.214)	0,19	4,36
Hospedagens de Sistemas	(9.115)	(19.506)	0,18	(53,27)
Condomínios	(8.598)	(7.493)	0,17	14,76
Serv. de Apoio Admin., Técnico e Operacional	(7.887)	(24.825)	0,16	(68,23)
Estagiários	(7.066)	(7.195)	0,14	(1,80)
Outras Despesas de Exercícios Anteriores	(6.410)	0	0,13	0,00
Demais Desembolsos de Segurança Pública (195 Itens)	(177.544)	(275.905)	3,51	(35,65)
Total Geral	(5.065.080)	(4.932.079)	100,00	2,70

Fonte Siafi

Nota 20 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – DFC

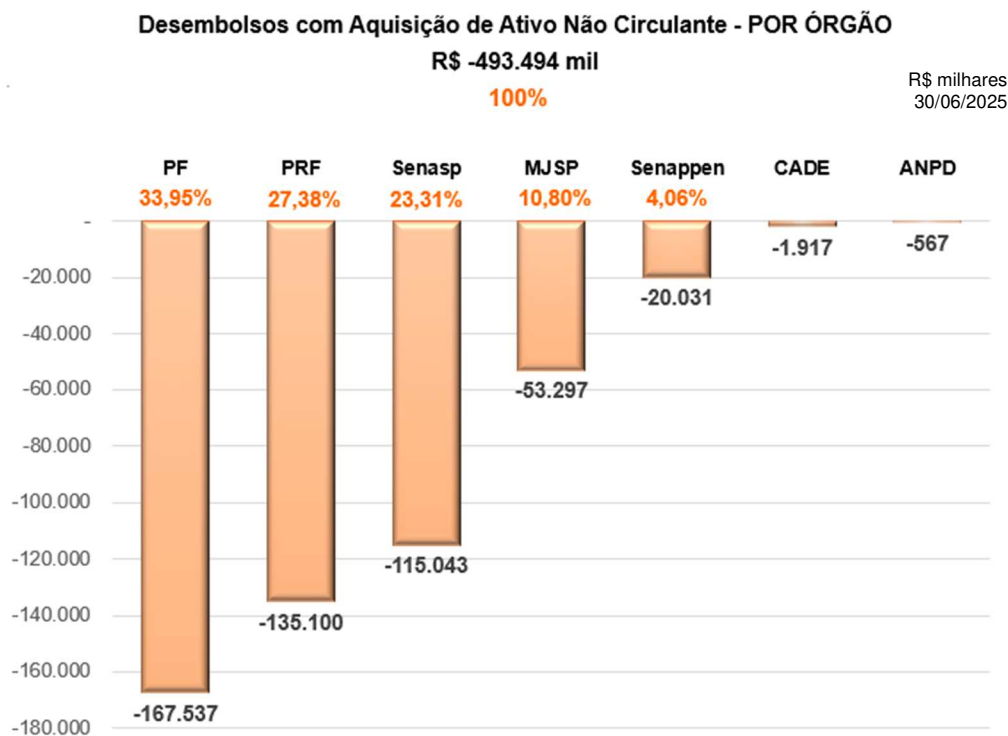
Os registros contabilizados em “Aquisições de Ativo não Circulante”, consolidados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, integraram no segundo trimestre de 2025, R\$ -493.494 mil (97,01%) do total dos desembolsos dos “Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento”. Representam as aquisições de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pelo órgão.

Na “Figura 26”, evidencia-se o impacto de cada órgão em “Aquisição de Ativo Não Circulante”; sendo:

- a) R\$ -167.537 mil (33,95%) na PF;
- b) R\$ -135.100 mil (27,38%) na PRF;
- c) R\$ -115.043 mil (23,31%) na Senasp; e
- d) R\$ -75.813 mil (15,36%) nos demais órgãos.

Em síntese, a PF, a PRF e a Senasp totalizaram R\$ -417.680 mil (84,64%) da representação no referido grupo de contas.

Figura 26 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – por item



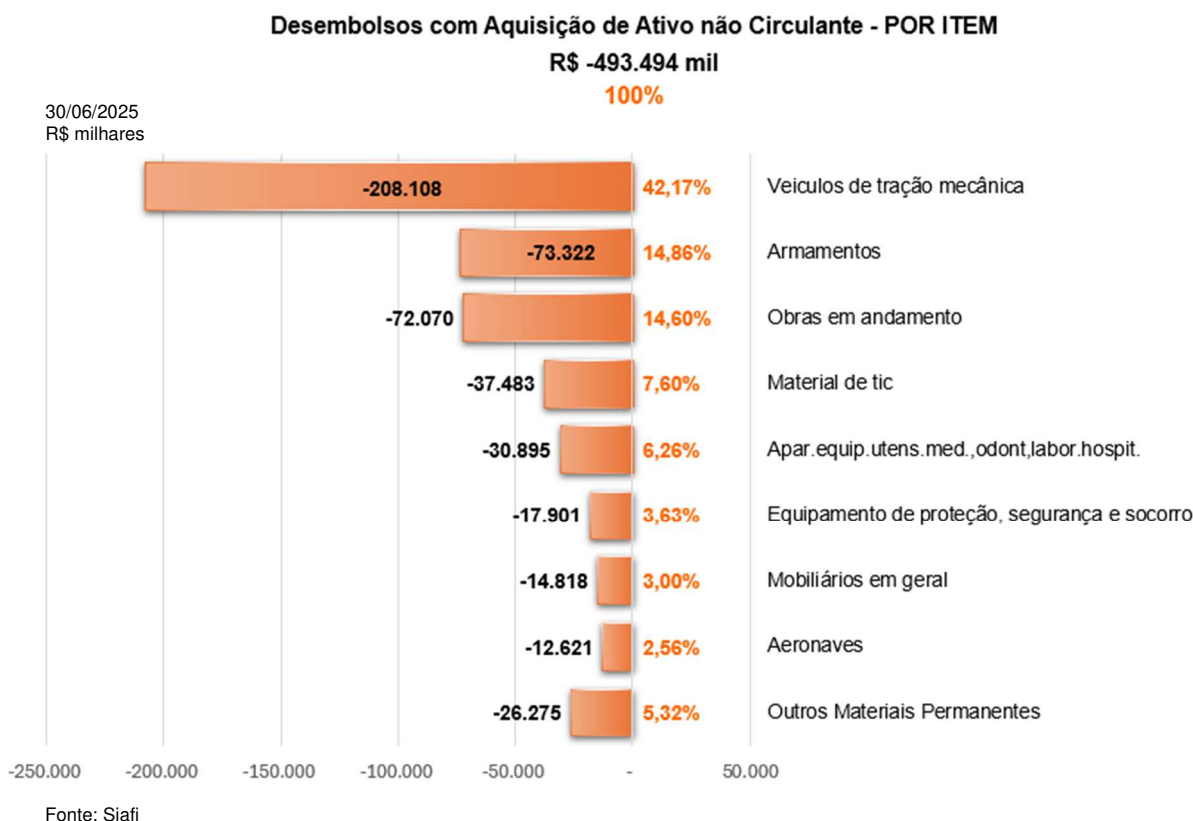
Fonte: Siafi

Na análise por classificação da despesa, conforme demonstrado na “Figura 26”, R\$ -390.983 mil (79,23%) das “Aquisições de Ativo Não Circulante” foram assim registrados:

- a) Veículos de Tração Mecânica: R\$ -208.108 mil (42,17%), sendo R\$ -83.960 mil (40,34%) registrados na PRF; R\$ 48.801 mil (23,45%) registrados no MJSP e R\$42.007 mil (20,19%) registrados na PF, totalizando R\$ - 174.768 mil (83,98%) do montante do referido item;
- b) Armamentos: R\$ -72.322 mil (14,86%), sendo R\$ -64,775 mil (88,34%) registrados na Senasp e 3.526 mil (4,81%) registados no Senappen, totalizando RS -68.301 mil (93,15%) do montante do referido item;
- c) Obras em Andamento: R\$ 72.070 mil (14,60%) sendo R\$ - 36.365 mil (50,46%) registrados na PRF e R\$ -32.060 mil (44,48%) registados na PF, totalizando R\$ -68.425 mil (94,94%) de representação do montante do referido item;
- d) Material de TIC: R\$ -37.483 mil (7,60%), sendo R\$ -27.444 mil (73,22%) registrados na PF e R\$ -3.666 mil (9,78%) registrado no MJSP, totalizado R\$31.110 mil (83,00) do montante do referido item;

As demais aquisições de ativos registradas no referido grupo de contas somaram R\$ -102.510 mil (20,77%), distribuídas entre apar.equip.utens.med.,odont.labor.hospit, equipamento de proteção, segurança e socorro mobiliário geral, aeronaves, aparelhos, utensílios domésticos, embarcações, máquinas e equipamentos de natureza industrial e instalações, dentre outros materiais permanentes adquiridos pelo MJSP e os respectivos órgãos vinculados.

Figura 27 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – por item



Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o saldo final apresentado, em junho de 2025, de R\$ 23.408.567 mil (100%), foi decorrente das seguintes contabilizações:

- R\$ 2.312.080 mil (9,88%) em Resultado do Exercício;
- R\$ 64.846 mil (0,28%) em Constituição/Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos;
- R\$ 12.237 mil (0,05%) em Constituição/Reversão de Reservas
- R\$ -30.865 mil (-0,13%) em Ajustes de Exercício Anteriores;
- R\$ 21.050.270 mil (89,93%) em Saldo Inicial do Exercício 2025.

Resultado do Exercício

O "Resultado do Exercício", de R\$ 2.312.080 mil, representou (9,88%) do saldo patrimonial líquido, sendo impactado principalmente por:

- "Transferências e Delegações Recebidas", correspondente a R\$ 33.635.900 mil (92,78%) das Variações Patrimoniais Aumentativas; e
- "Transferências e Delegações Concedidas" e "Pessoal e Encargos"; correspondentes, respectivamente, a R\$ 24.258.848 mil (71,48%) e R\$ 4.639.370 mil (13,67%), somando R\$ 28.898.218 mil (85,15%) das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Os detalhamentos relativos aos grupos de contas supracitados constam nas notas explicativas nº 18 - "Transferências Intragovernamentais" e nº 11 - "Pessoal e Encargos".

Constituição/Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos

As "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos", que representaram R\$ 64.846 mil (0,28%) do saldo final da DMPL, foram constituídas em 92,70% pela Polícia Federal, que contabilizou um montante de R\$ 60.115 mil em reavaliações dos seguintes bens imóveis: edifícios, terrenos/glebas e armazéns/galpões.

Constituição/Reversão de Reservas

A "Constituição/ Reversão de Reservas", de R\$ 12.237 mil, representou 0,05% do saldo final de DMPL, decorrente de contabilizações relativas às reavaliações de bens imóveis da PRF e da PF; de R\$ 7.474 mil (61,08%) e R\$ 4.763 mil (38,92%), respectivamente.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Os "Ajustes de Exercícios Anteriores", totalizaram R\$ -30.865 mil (-0,13%) assim registrados:

- a) R\$ -12.900 mil (40,77%) na Polícia Federal; sendo R\$ -9.940 mil decorrentes de ajustes contábeis de recursos a receber provenientes da aplicação de autos de infrações legais e contratuais que incidiram em exercícios anteriores.
- b) R\$ -12.857 mil (40,63%) no Ministério da Justiça e Segurança Pública; sendo R\$ -12.717 mil decorrentes de ajustes de amortizações de ativos intangíveis com vida útil definida de exercícios anteriores.
- c) R\$ -4.359 mil (13,78%) na Polícia Rodoviária Federal; e
- d) R\$ -1.526 mil (4,82%) no restante dos Órgãos Subordinados ao MJSP.

Saldo Inicial do Exercício 2025

Por fim, cabe informar que o saldo restante, de R\$ 21.050.270 mil, não foi objeto desta análise, uma vez que foi proveniente de exercícios anteriores.